

PATRÍCIA ELENA MOURA BATISTA

**ORAÇÕES CAUSAIS INTRODUZIDAS
POR CONJUNÇÕES DE BASE
PARTICIPIAL**

**TRÊS LAGOAS-MS
2013**

PATRÍCIA ELENA MOURA BATISTA

**ORAÇÕES CAUSAIS INTRODUZIDAS
POR CONJUNÇÕES DE BASE
PARTICIPIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Literários ou Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira.

**TRÊS LAGOAS - MS
AGOSTO 2013**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Taísa Peres de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL
Presidente

Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Membro Titular

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL
Membro Titular

Profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL
Membro Suplente

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Membro Suplente

A DEUS,

ASSIM COMO TODAS AS COISAS,

DEDICO ESTE TRABALHO.

“Ó PROFUNDIDADE DAS RIQUEZAS, TANTO DA SABEDORIA, COMO DA CIÊNCIA DE DEUS! QUÃO INSONDÁVEIS SÃO OS SEUS JUÍZOS, E QUÃO INESCRUTÁVEIS OS SEUS CAMINHOS! PORQUE, QUEM COMPREENDEU A MENTE DO SENHOR OU QUEM FOI SEU CONSELHEIRO? OU QUEM LHE DEU PRIMEIRO A ELE, PARA QUE LHE SEJA RECOMPENSADO? PORQUE DELE E POR ELE, E PARA ELE, SÃO TODAS AS COISAS: GLÓRIA, POIS A ELE ETERNAMENTE. AMÉM”.

ROMANOS (11:33-36)

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus, que sempre ao meu lado está, dando-me visão, sabedoria e discernimento; ao Espírito Santo, meu consolador, que nas horas mais difíceis acalentava o meu coração dizendo: Levanta! Não desista! Não pare de lutar! Esforça-te e tenha bom ânimo, porque “Eu” te ajudo. Reconheço que, se cheguei até aqui, foi pelo braço forte do Senhor, o Deus de Israel, o Jeová Jireh, o Deus provedor. Entendo também o quanto preciso das pessoas e sei que sem a ajuda de muitas delas seria impossível a realização deste estudo. Embora seja um trabalho solitário, não me senti só, porque tive ao meu lado a ajuda do meu Deus e pude contar com o apoio incondicional daqueles que se dispuseram a ajudar, pessoas nobres, sempre aptas a colaborar. Por isso, ofereço minha eterna gratidão a Deus, e àqueles que tanto me incentivaram. Enfim, a recompensa veio sem demora, para mim e para aqueles com quem compartilho minha vitória:

A **Jesus Cristo**, meu amigo, meu protetor, àquele que me dá a direção, àquele que ouve a minha súplica, contempla minha aflição e me conduz em vitória, para todo sempre.

À **profa. Dra. Taisa Peres de Oliveira**, que tem me orientado e estado sempre pronta a me atender e, acima de tudo, a me ensinar com muita paciência e dedicação, pela sua sinceridade, pelas suas palavras duras, que se transformaram em vitamina e me ajudaram a crescer, palavras estas que muitas vezes doíam mais do que cintada!! Muito obrigada e me perdoe se a desapontei: reconheço que, sem a sua ajuda e orientação, esse trabalho não sairia. Mesmo sendo tão jovem, esbanja maturidade: aprendi muito com você, com o seu caráter, com o seu compromisso e responsabilidade; mais uma vez, muito obrigada.

A **meu esposo Márcio**, meu companheiro de todas as horas, das lutas e batalhas, que tanto me apoiou nos estudos, levando-me a congressos, executando as tarefas domésticas, abrindo mão das coisas de que mais gosta para estar dentro da mesma visão e do mesmo propósito que o meu; passamos pelo teste do tempo e do verdadeiro amor que não visa seu próprio interesse; fortalecemos nossa aliança.

À **minha mãe**, minha inspiração, meu maior exemplo, mulher guerreira, capaz se doar para ver o meu sucesso e a minha prosperidade.

A **meu pai**, pelo respaldo silencioso, pelas palavras de conforto e motivação.

A meus pastores Jetro e Léia, pelas suas constantes orações, por derramarem suas lágrimas por mim e me incentivarem em todo o tempo.

À minha grande amiga Kátia Elaine, companheira de todas as horas. Juntas, dividimos o cansaço da estrada, compartilhamos das mesmas alegrias e angústias, crescemos e alcançamos a maturidade por meio de nossas conversas. Obrigada pelas palavras motivadoras em tempos de desânimo, pelas suas orações, por sempre acreditar e torcer por mim. Há uma canção que diz: “Eu tô contando contigo, Deus tá contando com a gente, e o céu inteiro se move pra ver a gente vencer”, e foi assim mesmo! Por quantas vezes o céu se moveu a nosso favor, não é? Em situações em que a nossa impotência era latente e não tínhamos como resolver, mais uma vez muito obrigada por tudo e me perdoe se não fui tudo aquilo que você esperava de mim.

À minha avó Saló (em memória), minha eterna incentivadora, que me deixa de herança um legado de mulher virtuosa, temente a Deus, lutadora, persistente, generosa e, que se estivesse aqui, estaria torcendo por mim. Posso ouvir sua voz ecoando em meus ouvidos: Estuda, minha filha! Vai! Deus te abençoe!

A meu avô João (em memória), homem corajoso, ousado para o seu tempo, destemido, de espírito desbravador, que tanto me ensinou.

A meus avós maternos, Aldo (em memória) **e Angélica**, pessoas simples e acolhedoras, que nunca deixaram de demonstrar afeto e um ombro amigo.

Aos avós Lúcia e Dionísio (em memória), pessoas firmes e constantes na palavra de Deus, que muito contribuíram para minha formação.

A meus irmãos, Júnior e Rogério, que sempre torcem por mim e se alegram com minhas vitórias e conquistas.

A meus amados sobrinhos, Pedro, Júlia, Isaque, Saulo, Ana Elena e Henrique, que embora sem a “tia Pati” por algum tempo, permanecem amorosos e carinhosos.

À minha sogra Natália e a meu sogro Ismael, pelo carinho, amor e constante cuidado demonstrado a mim durante todos esses anos.

A meus cunhados, Franciele, Denise, Lilia e Rodrigo, Luciano e Cristina, pelo apoio e confiança em mim.

À tia Míriam e ao Daniel, pela acolhida e recepção em vossa casa, todas as vezes que estive em São Paulo.

Aos irmãos em Cristo Jesus da amada 1ª Igreja Batista em Junqueirópolis, em especial aos irmãos do grupo de louvor, Eli, Iara, Cidinho, Priscila, Fábio, Geovane, Letícia, Damares, Andréia, Aldo, Jeremias, e Renam, que derramaram suas lágrimas por mim e elevaram suas orações a Deus em meu favor; pelas mulheres do meu grupo de célula, Viviane, Vânia, Franciele, Núria, Maria Helena, Daiane, e Márcia, que me apoiaram, me consolaram, e intercederam por mim; à Leila, à Iara e ao Adeildo, à Cleonice, pela amizade e pelo carinho, à Priscila e ao Fábio, que nas horas de sufoco sempre me socorreram com apoio técnico.

À **profa. Dra. Flávia Hirata**, pelas contribuições no projeto.

À **profa. Dra. Vanessa Hagemeyer**, pelo incentivo em escrever artigos e participar de eventos científicos.

À **profa. Dra. Claudete Cameschi de Souza**, por suas contribuições durante o mestrado.

À **profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra**, pelas contribuições em minha prática docente e na escrita da dissertação.

Ao **prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Souza**, pelo carinho, pela atenção, pela prontidão em me atender e pelas aulas maravilhosas e esclarecedoras durante o cumprimento de créditos no mestrado.

À **profa. Dra. Kelcilene Grácia Rodrigues**, pela cordialidade e prestatividade.

À **profa. Dra. Joceli Catarina Stassi Sé**, pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação, em especial ao **Claudionor e à Camila**, por me ajudarem a organizar toda a documentação dos benefícios (bolsa da Secretaria da Educação e auxílio para congresso), sempre prestativos.

Aos colegas do curso de Pós-Graduação da UFMS, Kátia Elaine, Laís, Thiago, Janda, Wellington, André, Fabíola, Bruno, Margarida, Maria Francisca, João Vieira Neto, Cristiane Liberato, Kátia Romeiro, Alessandra, Juliana, Carmem e Sueli, por compartilharem das mesmas lutas e aflições, pelas contribuições e pelos momentos que passamos juntos.

Ao prof. Ermerval, supervisor de Ensino da Diretoria de Ensino da região de Adamantina, pelo apoio e concessão da Bolsa Mestrado do Programa Bolsa Mestrado da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pela sua amizade e sua humanidade. Mais uma vez, muito obrigada.

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pela concessão da Bolsa Mestrado, que tanto me ajudou nesses 29 meses.

Ao prof. Marcílio, diretor da Escola Idene Rodrigues dos Santos, pela paciência e incentivo durante esses anos, amigo e companheiro de trabalho que tem me ensinado e compartilhado muito de sua vivência, trazendo sempre bons conselhos pautados na ética e na moral.

À profa. Arlete, vice-Diretora da Escola Idene Rodrigues dos Santos, mulher guerreira, batalhadora, amiga e colega de trabalho, que suportou uma sobrecarga maior no trabalho com paciência, devido às minhas ausências.

À profa. Cristiane, que trabalhou um tempo comigo na coordenação da escola e que, mesmo diante de tantas atividades e afazeres, sempre teve um tempo para me escutar e incentivar.

Às professoras Nely, Dirce, Kátia Pelegrino, Regina e Silvana, que, sempre muito atenciosas, me ajudaram nas traduções.

Ao prof. Ms. Fernando Lopes, em especial, que dispôs do seu tempo várias vezes e me trouxe muitas contribuições e apoio técnico.

Aos professores e funcionários da Escola Idene, pelo carinho, pelos conselhos, e por toda a motivação e incentivo durante os anos de Mestrado.

“O senhor abrirá o céu, o depósito do seu tesouro, para enviar chuva à sua terra no devido tempo e para abençoar todo o trabalho das suas mãos”...

Dt. 28:12^a

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figuras	Pág.
Figura 1- Modelo de interação verbal de Dick (1987)	19
Tabelas	
Tabela 1: O cruzamento de eixos na expansão definido por Halliday (1985)	29
Tabela 2: Distribuição das construções causais por conjunção	58
Tabela 3: Distribuição das construções causais por domínio	58
Tabela 4: Correlação entre os tipos de perífrase conjuncional e a posição das causais	59
Tabela 5: Correlação modo temporal nas orações causais introduzidas por dado que	65
Tabela 6: Correlação modo temporal nas orações causais introduzidas por visto que	68
Tabela 7: Correlação modo temporal nas orações causais introduzidas por posto que	71
Tabela 8: Correlação entre os sujeitos da oração causal e da oração núcleo	74

RESUMO

Este estudo tem como tema as orações causais introduzidas por conjunções de base participial – “**dado que**”, “**visto que**” e “**posto que**” – no português escrito contemporâneo do Brasil. A análise baseia-se na teoria da Gramática Funcional, nos termos de Dik (1989, 1997), Halliday (1985), Lehmann (1998), entre outros. Propõe-se, neste estudo, uma descrição morfossintática das orações causais introduzidas por outras conjunções que não a conjunção canônica “**porque**”. Consideram-se, como parâmetros de análise desta pesquisa, a ordem em que as orações causais ocorrem, o tempo e o modo verbal das orações núcleo e das orações causais e a correferencialidade dos sujeitos das orações núcleo e das orações causais. Espera-se obter, pela análise conjunta dos parâmetros, uma descrição que evidencie qual a preferência deste tipo oracional. Os recortes que compõem o *corpus* desta pesquisa foram coletados no banco de dados do *Corpus* do Português (www.corpusdoportugues.org). Trata-se de um *corpus* constituído por mais de 45 milhões de palavras, encontradas em aproximadamente 57 mil textos escritos, de gêneros variados; para a realização desta pesquisa, apenas os textos do português do Brasil do século XX foram considerados. Observou-se, neste trabalho, que as orações adverbiais causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial sob análise são mais independentes da oração principal associada. A análise feita no *corpus* online revela que a posposição é a ordem mais frequente da oração causal em relação à oração núcleo e, quanto à referência temporal das orações em análise, observa-se que o tempo e o modo verbal mais recorrente é o tempo **presente** do modo **indicativo**, tanto para a oração núcleo quanto para a oração causal. Analisando o parâmetro de correferencialidade dos sujeitos, observou-se que, no caso dessas orações causais, a maioria de seus sujeitos não são correferenciais; isto faz com que este tipo oracional seja menos integrado às orações núcleo, isto é, sejam mais independentes.

Palavras-chave: relação causal, hipotaxe adverbial, Gramática Funcional.

ABSTRACT

This study has as the theme the causal clauses introduced by conjunctions of participial base, - “**dado que**”, “**visto que**”, “**posto que**” - in contemporary written Portuguese in Brazil. The analysis is based on the theory of Functional Grammar, in terms of Dik (1989.1997), Halliday (1985), Lehmann (1998), among others. It is proposed in this study to analyze the morphosyntactic description in causal clauses introduced by other conjunctions than the canonical conjunction “**porque**”. It is considered as a parameter analysis of this research: the order in which the causal clauses occur in a greater frequency, the time and verbal tense of main clauses and the causal clauses and the co-referentiality of the subjects in the main clauses and the causal clauses. It is expected this work to obtain a description that demonstrates which is the preferred verbal tense of this clausal type. The data that comprise the corpus of this research were collected in the database of the corpus of Portuguese (www.corpusdoportugues.org). It is a corpus consisting of more than 45 million words, found in approximately 57 thousand written texts in different genres, and for this research only texts from Brazilian Portuguese of the twenty century were considered. It was observed in this study that the causal adverb clauses tend to be more independent of the associated main clause than other semantic types of adverb clauses, such as the temporal and conditional clauses. The analysis in online corpus reveals that the postposition is the most common order of the clause in causal relationship to the main clause as the temporal reference of the causal clauses, observed that the time and verbally most recurrent is the present tense of the indicative, for both core and clause for causal clauses. Analyzing the parameter co-referentiality subjects, it was observed that in the case of these sentences causal most of their subjects are not co-referential, this makes this type is less clausal integrated core clause, this is more independent.

Keywords: Causal relations, hipotaxis, Functional Grammar

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
0. INTRODUÇÃO	13
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 Funcionalismo	17
1.2 Articulação de orações	23
1.2.1 Articulação de orações: a abordagem da Gramática Tradicional e da Gramática Funcional	23
2. CAUSALIDADE	38
2.1 Caracterização da construção causal	38
2.2 A ordem nas construções causais	48
2.3 Os domínios discursivos das construções causais	49
2.4 Forma e função das orações adverbiais causais	52
3. METODOLOGIA DE TRABALHO	54
4. ANÁLISE DOS DADOS	57
4.1 Parâmetros de análise	57
4.2 Distribuição das construções causais por conjunção	57
4.3 Domínios segundo os de Sweetser (1990)	58
4.4 Ordem nas construções causais	59
4.5 Correlação modo-temporal das orações causais	63
4.6 Correferencialidade do sujeito	72
4.7 Grau de vinculação das orações subordinadas	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata das orações adverbiais causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial no português escrito do Brasil – **dado que**, **visto que**, **posto que** –, como ilustram os exemplos abaixo:

(1) *Dado que boa parte dos viajantes tem bons relacionamentos com seus fornecedores, criou-se uma mecânica de viabilização desses encontros nas redes sociais.*

(2) *Essa menina prosperará, visto que é muito estudiosa.*

(3) *João fugiu da cadeia, posto que havia cavado um túnel na direção de Salvador.*

Nos exemplos acima, todas as conjunções compostas com o elemento **que**, no final, possuem base participial e expressam uma relação causal a ser investigada a partir de seus enunciados. Em (1), a relação causal expressa causa e efeito entre dois eventos. Observa-se que a causalidade de um evento no mundo real une as duas cláusulas – a primeira, *o bom relacionamento que os viajantes possuem com seus fornecedores*, e a segunda, *a criação de encontros em rede sociais*. O bom relacionamento dos viajantes com os fornecedores constitui, no mundo real, a causa de se viabilizar encontros em redes sociais. No segundo exemplo, a relação causal é marcada pela subsequência temporal, ou seja, o efeito *a menina prosperará* é anterior à causa *é muito estudiosa*. Em (3), a relação causal expressa um ato de fala declarativo, *João fugiu da cadeia*, em que a causa motivadora da fuga foi o túnel que ele havia cavado em direção a Salvador.

No entanto, as conjunções de base participial não são as formas mais comumente encontradas nas Gramáticas Tradicionais para introduzir uma relação causal, e sim a conjunção canônica “**porque**”, que se caracteriza como o conector prototípico para representar as orações adverbiais causais. Essas conjunções de base participial também expressam a mesma relação de causa-consequência ou causa-efeito entre dois eventos como a conjunção prototípica **porque**, como se observa no exemplo a seguir:

(4) *Dado que a tempestade foi muito forte, várias casas da cidade foram destelhadas.*

Acima, a oração causal introduzida pela perífrase conjuncional de base participial **dado que** é anterior à oração núcleo e expressa uma causa real. Na oração núcleo, ocorre o efeito *várias casas da cidade foram destelhadas*, que é a consequência de um fenômeno da natureza que provoca a mudança de um estado: as casas estavam cobertas e passaram a estar destelhadas, porque sofreram a ação de um agente, nesse caso, uma tempestade muito forte.

De acordo com Neves (2011), há outras conjunções que desempenham o mesmo papel semântico de “**porque**”: “**como**”, “**pois**”, “**quando**”, “**porquanto**”, “**que**”, como se vê nos exemplos (NEVES, 2011, p. 802):

(5) *Dias chegava em casa, no bairro Boa Vista e, como a rua é estreita, dava marcha à ré no carro, um Volkswagen verde. (ESP)*

(6) *Essa liberação deve ser feita rapidamente, pois a vespinha adulta tem apenas quarenta e oito horas de vida. (AGF)*

Os exemplos ilustram o uso de outras conjunções que desempenham o mesmo papel semântico da conjunção canônica “**porque**”, por representarem, nas orações em destaque, as mesmas funções sintáticas desta conjunção.

Além dessas conjunções, há também as conjunções causais complexas, que possuem o elemento “**que**”, no final, como: “**já que**”, “**uma vez que**”, “**dado que**”, “**visto que**”, “**posto que**”, “**desde que**”, “**pois que**”, “**tanto mais que**”, “**por causa que**” e “**por isso que**”, como ilustram os exemplos a seguir:

(7) *Nem sabia se iria votar nele, já que a candidatura dele me pareceu sempre uma grande encenação. (NEVES, 2011, p.802)*

(8) *Nada pude dizer quanto às ameaças de crescimento desigual, uma vez que não havia acompanhado o rapaz desde a idade de oito ou dez anos. (NEVES, 2011, p.802)*

Para este trabalho, consideraremos as orações causais introduzidas pelas conjunções complexas de base participial **dado que**, **visto que** e **posto que**. Essas conjunções complexas também estabelecem relação de causalidade e muito pouco foi estudado sobre elas; não há, ainda, no português escrito do Brasil, uma descrição morfossintática desse tipo oracional.

É por esse motivo que este trabalho se justifica: propor uma descrição das orações causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial, revelando suas propriedades morfossintáticas. Acredita-se que este estudo poderá contribuir para o entendimento da causalidade como um todo, já que os seus resultados somam-se ao que já se conhece sobre a causalidade no uso da conjunção “**porque**”.

A teoria funcionalista constitui o aporte teórico que fundamenta essa pesquisa, pois se trata de uma teoria que analisa as estruturas linguísticas considerando a funcionalidade da linguagem. O foco é a comunicação, o falante e a sua necessidade de se comunicar. Neves (1997, p. 15) afirma que a “gramática é acessível às pressões do uso,” afirmação esta que só vem a reforçar o objetivo geral desta pesquisa. Acredita-se que através dos parâmetros de análise constataremos como os falantes articulam a fala de modo a observar essa pressão nas orações causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial.

O objetivo específico é descrever e analisar as ocorrências de causais encontradas no *corpus* em diferentes tipos de textos como: texto acadêmico, fictício, oral e notícia, da modalidade escrita do português do Brasil, de acordo com a distribuição das perífrases conjuncionais de base participial. Esta descrição ocorre em relação aos aspectos morfossintáticos, como:

- a) domínios segundo de Sweetser,
- b) ordenação causal
- c) correlação modo-temporal
- d) correferencialidade dos sujeitos
- e) grau de vinculação das orações

A análise descritiva será feita a partir das orações coletadas no *corpus* www.corpusdoportugues.org – um banco de dados com mais de 45 milhões de palavras em que aproximadamente 57 mil textos contemplam as variedades do português brasileiro e europeu, nos registros oral e escrito, num período que vai dos séculos XIV

ao XX. Para esta pesquisa, especificamente, serão considerados apenas dados do século XX, contemplando os diferentes tipos de textos do português brasileiro que compõem o *corpus*.

O presente trabalho contém cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda a fundamentação teórica, a caracterização do funcionalismo e algumas de suas correntes; o conceito de coordenação e subordinação, parataxe, hipotaxe e encaixamento de orações adverbiais. No segundo, discutem-se as diferentes relações causais existentes na Gramática Tradicional e na Gramática Funcional, em seus aspectos morfossintáticos e pragmáticos. O terceiro capítulo trata da metodologia que norteia o trabalho. Discutem-se os procedimentos tomados para levantamento, coleta e análise qualitativa e quantitativa dos dados. No quarto capítulo apresentam-se e analisam-se os dados coletados, segundo os critérios pré-estabelecidos. E por fim no capítulo quinto apresentam-se as considerações finais a que se chegou após a análise descritiva dos dados.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, dividido em duas seções, apresentam-se os fundamentos teóricos que embasam este trabalho. Primeiramente, serão expostos alguns dos pressupostos básicos do funcionalismo. Em seguida, discute-se como a articulação de orações, sobretudo a hipotaxe, é estudada na visão funcionalista, conforme Halliday (1985), Mathiessen e Thompson (1988), Dik (1989, 1997) e Lehmann (1998).

1.1 Funcionalismo

A corrente teórica funcionalista teve início com o Círculo Linguístico de Praga, que concebia a linguagem como um sistema de comunicação dinâmico ao considerar a língua e o seu contexto comunicativo de uso. Segundo Pezatti (2004, p. 167), “o termo funcional tem sido vinculado a uma variedade tão grande de modelos teóricos que se torna impossível a existência de uma teoria monolítica”. É importante afirmar que todos esses modelos teóricos possuem uma base comum, ao entenderem que a língua é utilizada, na interação social, com propósitos comunicativos.

De acordo com Neves (2006, p.17), o funcionalismo é “uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins que servem as unidades linguísticas”. A autora destaca que a abordagem funcionalista não está relacionada somente à organização de frases, mas também compreende a capacidade que os indivíduos possuem de fazer uso apropriado da linguagem dentro de uma interação social. Neves (2004) apresenta a gramática funcional como uma teoria da organização gramatical, que procura se integrar a uma teoria da interação social. Como afirma a autora:

A gramática funcional constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal. (NEVES, 1997c, p. 25)

Em vez de voltarem a atenção apenas para a competência linguística, os funcionalistas levam em conta a *competência comunicativa*, entendida como a capacidade que os indivíduos têm de codificar e decodificar expressões, assim como usar e interpretar essas expressões de modo satisfatório, atribuindo-lhes um sentido.

De acordo com esta teoria, a língua é concebida como instrumento de comunicação que possui uma estrutura maleável; deste modo, não deve ser analisada como um objeto autônomo, uma vez que pode sofrer influências nas diferentes situações comunicativas.

Butler (2003, p.2) ¹ afirma que:

O ponto de partida para funcionalistas é a visão de que a língua é primeira e basicamente o instrumento de comunicação entre seres humanos, e que este fato é central, na explicação do porque as línguas são como elas são.

Segundo Butler (2003), uma teoria funcionalista caracteriza-se, essencialmente, por uma análise das estruturas linguísticas que evidencie o aspecto funcional da linguagem. No modelo funcionalista, a interação social é vista como uma atividade estruturada – governada por normas e convenções – que, de acordo com uma explicação linguística, deve ser buscada na relação entre linguagem e uso. A linguagem é descrita como instrumento de interação social, uma vez que os funcionalistas consideram, como fator determinante, a situação comunicativa que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo. Dik (1978, p.1; 1989a, p.3) diz: “num paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre usuários”.

Sobre a interação verbal, Dik (1989) afirma: é uma forma de atividade cooperativa estruturada por regras sociais, normas e convenções. Todo tratamento funcionalista de uma língua natural tem como meta verificar como os usuários dessa língua a utilizam para se comunicar de maneira eficiente, por meio de estruturas governadas por regras. No contexto da interação verbal, falante e ouvinte possuem, respectivamente, um conjunto de informações pragmáticas que incluem crenças, valores e conhecimento de mundo, sendo que o objetivo de um evento comunicativo é produzir uma modificação na informação pragmática do ouvinte. O falante formula uma intenção comunicativa e a associa a uma expressão linguística. É neste processo de interação verbal que o falante antecipa a interpretação do ouvinte, com a finalidade de

¹ Butler (2003, p. 2) The starting point for functionalists is the view that language is first and foremost an instrument for communication between human beings, and that this fact is central in explaining why languages are as they are.

elaborar seu enunciado de maneira a atingir seus objetivos. De acordo com esse pensamento funcionalista, Neves (1994) aponta: “Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração” (NEVES, 1994. p. 108).

Em concordância com a afirmação de Neves (1994), entende-se que as relações dentro dessa estrutura linguística não são independentes, mas funcionam como uma estrutura pragmática em que também se deve levar em consideração a semântica e a sintaxe.

O que se põe sob análise no funcionalismo, portanto, é toda a situação comunicativa, ou seja, a habilidade de interagir socialmente com a língua, com os seus participantes e com o contexto discursivo. Para uma melhor compreensão, vejamos o modelo de interação verbal de Dik (1997a):

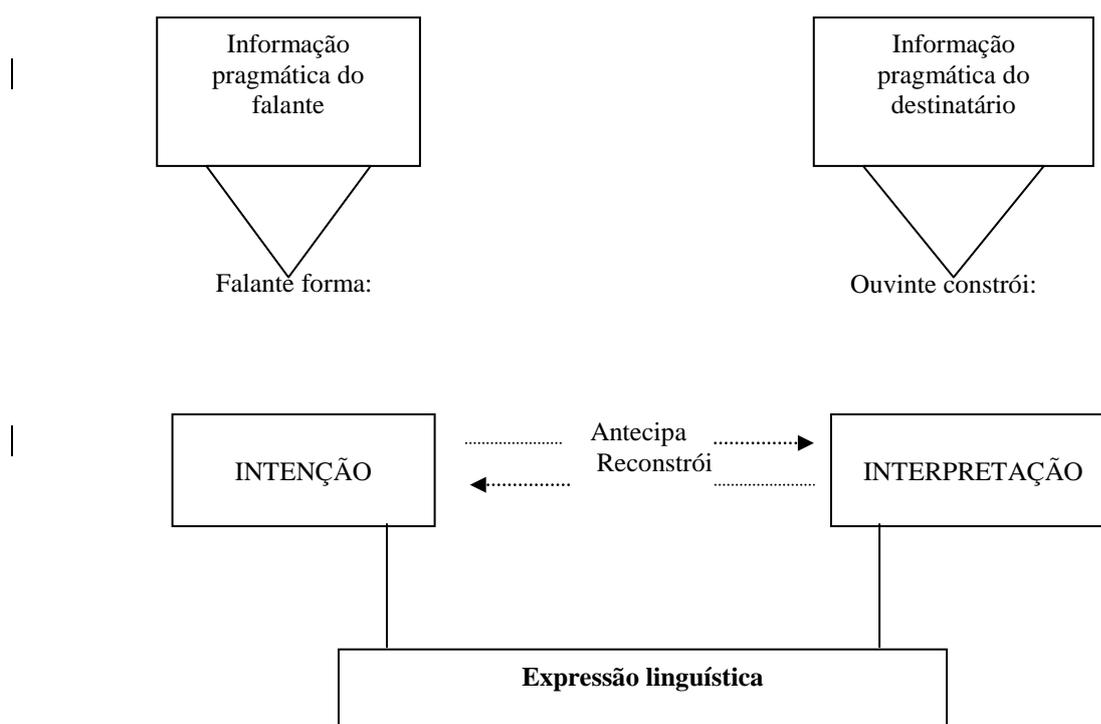


Figura 1 – Modelo de interação verbal (DIK, 1987a, p. 08)

A figura acima representa o modelo de interação verbal apresentado por Dik (1997a). Conforme o autor, a interação social por meio da linguagem depende: a) da intenção do falante; b) da informação pragmática do falante; c) da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário – enquanto a interpretação do ouvinte depende: a)

da própria expressão linguística; b) da informação pragmática do ouvinte; e c) da hipótese do ouvinte sobre a intenção comunicativa do falante.

O falante forma sua intenção comunicativa a partir da sua informação pragmática, levando em consideração o seu conhecimento de mundo, suas crenças, opiniões e sentimentos. Quando o falante elabora sua expressão linguística, ele pretende, de certa forma, modificar a informação pragmática de seu destinatário; para isso, antecipa a possível interpretação que o destinatário possa ter de sua expressão linguística. O destinatário, por sua vez, interpreta a expressão linguística do falante com base em sua informação pragmática; com isso, um dos objetivos de se estabelecer um ato comunicativo é acrescentar, alterar ou substituir alguma informação que já faz parte da intenção comunicativa do falante.

Para tanto, é importante lembrar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida pela expressão linguística, pois a expressão linguística é um produto da intenção do falante, da sua informação pragmática e de sua antecipação da interpretação do ouvinte, ao ponto que a interpretação do destinatário é uma função da expressão linguística, da sua informação pragmática e de sua interpretação sobre qual possa ter sido a intenção do falante.

O funcionalismo possui várias correntes, cada qual com sua peculiaridade; no entanto, é possível encontrar uma linha comum que as permeia, pois uma teoria funcionalista caracteriza-se, essencialmente, pela proposta de analisar as estruturas linguísticas considerando o aspecto funcional da linguagem. Para isso, discutiremos algumas propostas que, em geral, estão interligadas por postulados básicos.

Butler (2003) considera três importantes vertentes funcionalistas: (i) a *Gramática Sistêmico-Funcional*², de Halliday (1985), que toma o texto e não a sentença como principal objeto de estudo e focaliza as descrições de línguas particulares em relação ao uso, e não à gramaticalidade; (ii) a *Gramática de Papel e Referência*³, de Foley e Van Valin (1986), que focaliza a unidade sintática da oração como uma unidade máxima de análise; e (iii) a *Gramática Funcional*⁴, de Dik (1989, 1997), que constitui uma teoria geral de organização das línguas naturais e apresenta a oração como unidade máxima de análise, tendo como principal característica a análise da oração numa estrutura em camadas. Todas essas vertentes são consideradas “funcionais-estruturais”,

2 Systemic-functional grammar (SFG)

3 Role and reference grammar (RRG)

4 Functional Grammar (FG)

de acordo com Butler (2008), e priorizam tanto a função quanto a estrutura das unidades linguísticas.

Butler (2003) afirma que a premissa central do funcionalismo é a de que a língua é usada como meio de comunicação humana em contextos culturais e psicológicos, e que este fato é determinante no entendimento de como a língua é estruturada. Em outras palavras, o autor afirma que o sistema linguístico não é uma estrutura fechada em si mesma: mesmo demonstrando certo grau de arbitrariedade, está intimamente ligado a fatores de natureza externa e não pode ser avaliado sem referência a esses fatores. É por isso que uma teoria funcionalista deve contemplar a relação entre língua, cognição e contexto sócio-cultural. Diferentemente dos formalistas, os funcionalistas rejeitam o pensamento da autonomia da sintaxe, pois entendem que a sintaxe é governada pela semântica e pela pragmática, analisando as condições discursivas.

Halliday (1985) associa uma interpretação funcional da linguística a uma descrição sistêmica, ou seja, apresenta uma gramática sistemática que pode ser interpretada funcionalmente. Para Halliday (1985), a gramática é vista como uma gramática natural, em que cada elemento da língua é explicado por sua função no sistema linguístico. O autor concebe o texto como a unidade maior de funcionamento, e sua multifuncionalidade pode ser observada a partir dos itens que o compõem. Halliday (1985) considera os componentes funcionais que se ligam às diferentes funções da linguagem como fundamentais ao significado nas línguas. Essas funções são denominadas metafuncionais. São elas: a) Função ideacional: refere-se à nossa experiência de mundo e está relacionada à expressão de conteúdo; facultamos imagens da realidade (física ou mental), liga-se ao sistema da transitividade e especifica os papéis dos elementos da oração, como ator, meta, etc.

b) Função interpessoal: serve para manter as relações sociais e diz respeito aos papéis da fala, especificando funções como “sujeito”, “predicado”, “complemento”, “finitude”.

c) Função textual: serve para estabelecer a relação entre a língua e os aspectos da situação em que é usada. Por meio da função textual organizamos os nossos significados ideacionais e interpessoais, que nos permitem codificar significados de desenvolvimento textual e organização retórica, que se liga aos sistemas de tema e informação.

Para Halliday (1985), pode-se dizer que as línguas se organizam em torno de dois significados básicos: o significado ideacional e o significado interpessoal. Esses dois componentes funcionais são tratados de acordo com dois princípios gerais que regem o uso da língua: entender o ambiente (ideacional) e interagir com os outros nesse ambiente (interpessoal). O outro componente, a função textual, confere à função ideacional e à função interpessoal certa relevância.

Sobre a teoria funcionalista, Furtado da Cunha (2011, p.157) diz que:

Os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade. Seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Observa-se que, além de os funcionalistas considerarem a língua como um instrumento de comunicação e interação em suas diversas situações de uso, as estruturas linguísticas também são analisadas e investigadas nos níveis sintático, semântico e pragmático.

Segundo Dik (1989), a descrição da língua deve incluir a referência ao falante, ao ouvinte e aos papéis que estes assumem na interação verbal. Sendo assim, o autor (1989:1) considera as seguintes capacidades humanas:

a) Capacidade linguística: é a capacidade que o usuário de língua natural possui de interpretar corretamente as expressões linguísticas em diversas situações comunicativas.

b) Capacidade epistêmica: é o conhecimento que o usuário de língua natural possui, sendo capaz de obtê-lo e de mantê-lo a partir de expressões linguísticas.

c) Capacidade lógica: o usuário de língua natural é capaz de adquirir conhecimentos adicionais por princípios de lógica dedutiva.

d) Capacidade perceptual: o usuário de língua natural é capaz de identificar o ambiente comunicativo, adequando sua expressão linguística a ele.

e) Capacidade social: o usuário de língua natural sabe o que dizer e como dizer ao interlocutor em determinada situação comunicativa.

A teoria funcionalista concebe o texto como um produto resultante do processo da interação verbal, em que o falante tem expectativas e intenções em relação ao

ouvinte. É a partir da análise de ocorrências da língua em uso que se pretende descrever as relações morfossintáticas das orações causais nesta pesquisa.

Para este trabalho, torna-se relevante o estudo das relações causais, introduzidas por conjunções de base participial, ocorrer nas diferentes camadas – o que será visto posteriormente. É com base nesses pressupostos teóricos que se pretende descrever as orações causais introduzidas pelas conjunções **dado que, visto que e posto que** no português escrito contemporâneo do Brasil.

1.2. Articulação de orações

Nesta seção, discutem-se, sob o viés funcionalista, as relações entre orações com base em diferentes autores, como Halliday (1985), Mathiessen e Thompson (1988) e Lehmann (1988). Vários linguistas, a exemplo dos autores acima citados, reconhecem tipos diferentes de combinações de orações, que se distinguem em termos de graus de integração entre as cláusulas. A seguir, discutiremos como a Gramática Tradicional reconhece e analisa estes mecanismos pelos quais as orações podem ser ligadas e como os funcionalistas postulam este fenômeno, denominado articulação de orações.

O modelo de articulação de orações é entendido por Halliday (1985) como uma sequência de orações estruturalmente ligadas. Conforme o autor há duas dimensões para interpretação dos elementos de um complexo: o sistema tático, ou de interdependência, e o sistema de relações lógico semânticas. O sistema de interdependência ou sistema “tático” de *parataxe* (relação entre dois elementos em status de igualdade, um que inicia e o outro que dá continuidade); *hipotaxe* (relação entre um elemento dependente e seu dominante). E o sistema lógico-semântico de expansão e projeção.

1.2.1. Articulação de orações: a abordagem da Gramática Tradicional e da Gramática Funcional

De acordo com Perine (2010) a língua tem vários recursos para juntar orações em uma estrutura sintática coesa. Uma construção que possui mais de uma oração é tradicionalmente chamada de período composto, que pode ser dividido em coordenação e subordinação.

O critério mais comum, usado para diferenciar uma oração coordenada de uma oração subordinada, é o critério da dependência ou da independência de uma oração. Na Gramática Tradicional, as orações coordenadas são consideradas orações independentes umas das outras, e pertencem ao mesmo nível sintático.

Segundo Perine (2010) uma estrutura coordenada caracteriza-se por possuir duas ou mais orações uma ao lado da outra, sem que uma faça parte da outra, como ilustra o exemplo a seguir:

(9) Está ventando ou alguém, ligou o ventilador. (PERINE, 2010. p.158)

No exemplo (9), há duas orações independentes e que existem por si mesmas. De acordo com o autor, nesta frase, há duas orações que são coordenadas e a presença de um coordenador que é a conjunção **ou**. Essa estrutura, denominada coordenação, caracteriza-se por ter duas ou mais orações, uma ao lado da outra, sem que uma faça parte da outra.

Além da coordenação, Perini (2010, p.158), afirma: “outro processo gramatical básico utilizado na língua para juntar orações é a subordinação. Quando temos orações subordinadas, elas não ficam uma ao lado da outra, mas uma dentro da outra”. Uma oração é considerada subordinada quando é dependente da outra oração, ou se encaixa na oração principal, como se vê no exemplo abaixo:

(10) A tia Rosa disse uma bobagem (PERINE, 2010. p.158)

No exemplo (10) têm-se uma oração subordinada que é composta por um sujeito (a tia Rosa), um verbo (disse) e um objeto (uma bobagem).

Outro modo de se ver a articulação de orações é de acordo com Bechara (2009), que afirma que este fenômeno pode ser observado a partir da classificação do período composto, isto é, da junção de orações – quando uma oração possui duas ou mais sentenças formadas por meio de dois processos sintáticos, denominados **coordenação e subordinação**.

Para Bechara (2007) subordinação é uma oração complexa, independente do ponto de vista sintático e que sozinha é considerada como unidade material que constitui um texto. Pelo fenômeno de estrutura em camadas conhecido por subordinação

ou hipotaxe pode passar a uma camada inferior e funcionar como membro sintático de outra oração, como em:

(11) *O caçador percebeu que a noite chegou.* (BECHARA, 2007, p. 462)

Em (11) a oração **que a noite chegou** é uma oração subordinada, porque funciona como complemento ou objeto direto da oração a que pertence o núcleo verbal “percebeu” (**O caçador percebeu**), considerada pela Gramática Tradicional como oração principal porque seu verbo é o elemento mais importante da estrutura do período composto. Além de complemento, a oração subordinada pode ser sujeito ou adjunto da oração principal.

Torna-se importante mencionar que um critério que predomina no processo sintático de subordinação e coordenação é a presença de conectivos, como o conectivo **que**, visto no exemplo (11), e outros: **se, embora, porque, quando**, etc. Observe os modelos (ANDRÉ, 1970, p. 322-324) a seguir:

(12) *Se o pai consentisse, Manuel continuaria fazendo a corte à Isabel.*

(13) *Embora o pai não consentisse. Manuel continuava a fazer a corte à Isabel.*

(14) *Maneco, o galã, foi reprovado, porque só estudava nas horas vagas.*

(15) *Quando a vejo, bate-me o coração mais forte.*

De acordo com os exemplos de André (1970) as conjunções coordenativas e as conjunções subordinativas possuem a função de explicitar e marcar as relações nos enunciados – conforme os períodos acima, em que as conjunções marcam respectivamente a função condicional em (12), concessiva em (13), causal em (14) e temporal em (15).

Bechara (2007) toma como exemplo uma oração independente, como (16), que pode aparecer como complemento de algum verbo. Ela poderá ser marcada como uma oração subordinada por meio de uma conjunção, como se percebe em (17): a conjunção **que** tem a função de marcar a oração como subordinada

(16) *Vai chover.*

(17) *Soubemos que vai chover.*

Confirmando o que Bechara (2007) diz sobre as conjunções:

A missão da conjunção subordinada é assinalar que a oração que poderia ser sozinha um enunciado se insere em um enunciado complexo em que ela (vai chover) perde a característica de enunciado independente de oração, para exercer, um nível inferior da estruturação gramatical, a função de palavra. Assim a conjunção subordinativa é um transpositor de um enunciado que passa a uma função de palavra, portanto de nível inferior dentro das camadas de estruturação gramatical. (BECHARA, 2007, p. 319)

Pode-se concluir que as conjunções alteram o papel funcional das orações que combinam – lembrando que um dos meios de se identificar uma oração subordinada, segundo Perini (2010), é a partir dos elementos formais, como as conjunções, e das formas verbais como o subjuntivo, o infinitivo e o gerúndio.

Retomando Bechara (2004), as subordinadas adverbiais são denominadas orações complexas, que exercem a função de adjunto adverbial e podem ser substituídas por algum advérbio ou locução adverbial – de tempo, modo, lugar, causa, concessão, condição e fim.

Para Castilho (2010), as orações subordinadas adverbiais constituem sentenças que funcionam como adjuntos adverbiais da sentença matriz. De acordo com o autor, o melhor critério para analisar as orações adverbiais é o que considera seu grau de interdependência em relação à sentença núcleo à qual se vincula, processo denominado pelo autor de hipotaxe.

Para o funcionalismo, a combinação de orações que se integram estruturalmente e orações que não são sujeitas a essa integração é um aspecto importante a ser considerado. De acordo com Decat (2001), estudiosos têm abandonado o termo “subordinação” e passaram a examinar o fenômeno de combinação ou articulação de cláusulas, porque o que importa não é classificar uma cláusula como adverbial ou como subordinada, mas reconhecer a capacidade que ela tem de se combinar com outras.

Outro fato que deve ser levado em consideração é a multifuncionalidade das conjunções, que não são exclusivas de uma relação ou de outra: uma mesma conjunção

pode exercer significados diferentes nos enunciados das orações que ela integra, como mostram os estudos de Neves (1993).

Sob o ponto de vista da teoria funcionalista, linguistas como Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988) e Lehmann (1988) propõem uma nova visão sobre as relações entre as orações, e rejeitam a tradicional dicotomia **coordenação** e **subordinação**.

Halliday (1985) propõe que o complexo da articulação de orações seja entendido como uma sequência de orações estruturalmente ligadas, que podem ser vistas através de duas dimensões de interpretação: o **sistema de interdependência** ou **sistema tático** e o **sistema lógico-semântico**.

No **sistema tático**, há dois tipos de interdependência: a **paratática** e a **hipotática**. O **sistema de hipotaxe** representa a relação entre um elemento dependente e seu dominante, ou seja, outro elemento do qual ele dependa. A **hipotaxe** é a relação modificadora da união de elementos de categorias diferentes. O **sistema de interdependência** ou **sistema tático** de **parataxe** representa uma relação entre dois elementos de mesmo estatuto, sem que um dependa do outro, um que inicia e o outro que dá continuidade, não estando presente a noção de dependência ou de uma cláusula modificadora da outra, de acordo com os estudos de Halliday (1985).

O **sistema lógico-semântico** abrange as diversas relações semântico-funcionais, que podem se dar por:

1) Expansão: quando uma oração expande a outra, por meio de três processos: **elaboração, extensão** e **encarecimento ou realce**.

a) Expansão por elaboração: uma oração elabora o significado da outra por meio de recursos gramaticais, especificando-a, como no exemplo a seguir:

(18) *Senhora, que é um romance, foi escrita por José de Alencar.*

No exemplo acima, a segunda oração “*foi escrita por José de Alencar*” elabora o significado da primeira oração, “*Senhora, que é um romance*”, especificando-a, por meio da informação de quem a escreveu.

b) Expansão por extensão: uma oração acrescenta algum elemento novo em relação ao conteúdo expresso por outra oração, ampliando o significado da mesma. No exemplo (19), a segunda oração *ela teve de passar a semana na cadeia* amplia o significado e acrescenta algo novo à primeira, “*Além de perder o trabalho*”.

(19) *Além de perder o trabalho, ela teve de passar a semana na cadeia.*

c) Expansão por encarecimento ou realce: processo pelo qual uma oração realça o significado de outra, pelo acréscimo de algum traço circunstancial de tempo, modo, lugar ou causa.

(20) *Quando sua mãe chegar em casa, levará um susto.*

Em (20), observa-se que a oração “*levará um susto*” realça o significado da primeira oração, “*Quando sua mãe chegar em casa*”, qualificando-a com as circunstâncias de tempo.

2) Projeção: quando uma oração é projetada pela outra como uma locução ou como uma ideia. No exemplo abaixo, a oração projetada representa uma locução, introduzida por um processo mental (lembrou); ela representa o conteúdo linguístico da outra oração.

(21) *Ana Maria lembrou ainda que a última convocação de professores serviu para decidir quem seria o novo professor coordenador da unidade escolar.*

O termo **integração** ou **encaixamento**, em que uma oração funciona como constituinte dentro da estrutura de outra oração, também é proposto por Halliday (1995).

Orações encaixadas são representadas, gramaticalmente, pelas chamadas **orações adjetivas restritivas** e pelas **orações subordinadas substantivas**. Uma oração encaixada não se constitui nem como **parataxe** nem como **hipotaxe**, pois está fora do cruzamento de eixo.

Para Halliday (1985), uma oração encaixada funciona como elemento constituinte da estrutura de outra oração. A relação da oração encaixada com uma oração externa é indireta: ela não compõe diretamente a frase, sendo intermediada pelo grupo ao qual a oração encaixada está ligada. Por isso, uma oração encaixada não estabelece relações táticas com outras orações, apenas relações lógico-semânticas, pois a oração encaixada funciona na estrutura desse grupo, e o grupo funciona na estrutura da oração.

O **cruzamento de eixos na expansão**, assim definido por Halliday (1985), pode ser representado de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 1. Cruzamento de Eixos na Expansão

		Sistema tático → interdependência		
		Parataxe	Hipotaxe	
Sistema Lógico Semântico	Expansão	Elaboração	Aposição Coordenadas assindéticas justapostas	Relativas explicativas
		Extensão	Coordenadas sindéticas (aditivas, alternativas, etc.)	Hipotáticas de adição ou clausulas dependentes (adição, substituição, alternância)
		Realce	Falsas coordenadas	Adverbiais

Fonte: elaborado por Neves a partir das considerações de Halliday (1985).

Mathiessen e Thompson (1988) também tratam da articulação de orações. Os autores analisam as orações adverbiais e partem do pressuposto de que não é possível definir ou caracterizar uma oração subordinada estritamente no nível da sentença. Eles trabalham no nível do discurso, e não no nível das orações complexas, pois consideram o contexto discursivo no qual as orações aparecem.

Os autores assumem que há dois níveis de combinação de orações, a *parataxe* e a *hipotaxe*, distintos em relação ao grau de interdependência entre as orações. Para os linguistas, a combinação de orações espelha a estrutura retórica do discurso, em que se identificam, no decorrer da organização textual, dois tipos de **relações retóricas**: de **listas** e de **núcleo-satélite**.

Segundo Thompson (1984), as cláusulas adverbiais são dependentes, sendo uma cláusula (núcleo) e uma ou mais cláusulas (margens) que não podem figurar sozinhas no discurso; por isso, são relativamente dependentes, mas oferecem independência organizacional para os usuários da língua.

Para Decat (2001), o importante não é classificar uma cláusula como adverbial ou como subordinada, mas reconhecer a capacidade com que essas cláusulas se combinam e examinar a relação circunstancial com a cláusula ou sequência com a qual se combinam.

A autora distingue *hipotaxe* de subordinação, e ressalta o fato de que não existe apenas um fenômeno de subordinação, mas sim diferentes tipos de interdependência. Decat (1999) toma a noção de unidade informacional e propõe a diferença entre as subordinadas que fazem parte de uma mesma unidade de informação (encaixadas) e aquelas que constituem, por si mesmas, unidades de informação à parte, caracterizando-se como opções do falante para compor o seu discurso (hipotaxe). Vários funcionalistas abordam o tema da articulação de cláusulas adverbiais dentro de uma perspectiva discursiva. Dik (1978) afirma que as cláusulas satélites são termos opcionais e sensíveis ao discurso, como as cláusulas adverbiais, que trazem informações adicionais à organização do enunciado porque estão ligadas às escolhas do falante.

Neves (1997) traz importantes contribuições do funcionalismo para o entendimento da articulação de orações, e propõe que a diferença entre relações adverbiais e relações de encaixamento pode ser evidenciada por haver grande quantidade de elementos conjuntivos para a hipotaxe adverbial, em oposição à falta desses elementos para as orações encaixadas.

A respeito da participação do falante na organização de seu enunciado, a autora explica a diferença pragmática entre a anteposição e a posposição de orações adverbiais em relação à oração-núcleo, podendo-se identificar, assim, a função da posição da oração adverbial.

Segundo Neves (2000, p. 808), “a distribuição da informação é bastante ligada à ordem das palavras, e, no caso das construções causais, levados em conta todos os tipos de conectivo, essa questão é complexa”. A causalidade diz respeito à causa-consequência entre dois eventos. Porém, já é sabido que o elo causal não se restringe somente a este tipo de indicação, que aparece com bastante facilidade, mas requer atenção dos pressupostos nele contidos.

As causais que aparecem introduzidas pela conjunção *porque*, a mais utilizada, são normalmente pospostas, o que lhes confere um valor informacional ligado à informação nova. Essa tendência à posposição deve-se ao fato de a conjunção estar diretamente associada à função que desempenha na organização discursiva: introduzir uma informação que ainda não foi mencionada no discurso anterior.

A autora ressalta o fato de que a distribuição da informação está ligada à ordem das palavras. No caso das construções causais, isso se evidencia porque o papel do segmento causal é expressar uma pressuposição, e de acordo com Garcia (1994), constituir o *fundo*, a parte recessiva do significado; já a parte causada constitui a *figura*, a parte dominante.

Thompson (1983 e 1985) e Thompson & Mann (1987), baseados numa análise funcional-discursiva, pretendem explicar o papel do usuário da língua na organização do discurso por meio da proposição relacional, que permite verificar o tipo de texto em termos de coerência e qual a relação existente entre as partes do texto, uma vez que a essência da estrutura relacional é a interdependência entre as unidades. Como ilustra o exemplo de Decat (1993):

(22) *leite com manga, morre!*

O que ocorre no exemplo citado é uma proposição relacional de condição, em que está implícito que, se alguém tomar leite e chupar manga, poderá morrer.

Decat (1993) afirma que “a proposição relacional será muito mais funcional do que formal”, por meio de uma concepção de interação da linguagem numa situação real de comunicação. Segundo a autora, o contexto discursivo em que está inserida uma proposição relacional é o mais relevante. Decat (2001), partindo de uma abordagem funcional-discursiva, estuda a combinação de cláusulas e faz uma crítica ao procedimento – comum nas Gramáticas Tradicionais – de se classificar uma cláusula adverbial considerando apenas a conjunção que a inicia. Segundo ela, o que vai decidir o conteúdo semântico de uma proposição é o contexto discursivo em que ela está inserida, e não simplesmente o conector que a introduz. Decat (1999b, p. 316) considera ainda que “mais do que a forma como se combinam, embora essa seja relevante – o que importa é a relação que existe entre as cláusulas e as funções a que elas servem em decorrência dos objetivos comunicativo-interacionais do usuário da língua”.

A autora define a cláusula adverbial como “opção organizacional do discurso”. Para Decat (2001), não existe um fenômeno único de subordinação. Particularmente, a autora focaliza a hipotaxe adverbial, e discute a existência de dois processos de estruturação sintática que expressam o que a Gramática Tradicional denomina de subordinação: as estruturas de encaixamento (cláusulas que se integram estruturalmente em outras, como as cláusulas-complementos e as adjetivas restritivas) e as estruturas de

hipotaxe (cláusulas que não funcionam como argumentos de verbo, como as adverbiais, as participiais e as adjetivas não-restritivas ou apositivas).

Conforme a autora é importante observar o contexto discursivo em que as cláusulas estão inseridas, pois a combinação hipotática de cláusula é determinada pelo tipo de proposição relacional e possui várias funções, tais como a guiadora – uma cláusula adverbial pode estar relacionada com outra, bem anterior no texto, ou se relacionar com o discurso subsequente, à maneira de “guias” –, ou poderá servir de “fundo”, de “moldura” para uma informação contida no texto, ou, ainda, como “ponte de transição”, em função anafórica e catafórica, simultaneamente.

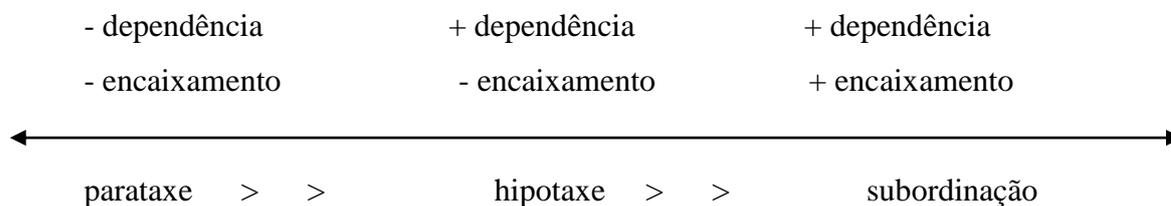
Além dessas, a cláusula adverbial pode desempenhar uma função tópica, como ponto de partida para a estruturação da informação. Decat descarta as noções de dependência ou subordinação, e defende a hipótese de que não é tão simples caracterizar cláusulas coordenadas e subordinadas em termos de dependência, pois se faz necessário verificar qual espécie de dependência está em questão: a dependência de forma, de sentido, ou pragmática? A autora considera a hipótese de que as cláusulas podem ser mais bem explicadas quando se utiliza a noção de “unidade de informação”. A atuação das cláusulas adverbiais como tópicos frasais também evidencia a característica de que elas operam na coesão discursiva; ou seja, marcar uma cláusula adverbial como tópico é explicitar seu papel dentro da coesão discursiva, como se fosse decorrente da organização e da perspectiva do discurso.

Neves (2006:234) defende, em geral, a motivação icônica da ordem nas orações articuladas, que ocorre em enunciar, primeiramente, a informação mais “velha” e, em seguida, a informação “nova”. Para a autora, o tópico discursivo é uma entidade de estatuto teórico dentro do modelo funcionalista.

Esses diferentes modos de as cláusulas se relacionarem levam alguns autores como Hopper e Traugott (1993), e Lehmann (1998) admitirem a existência de um contínuo de rebaixamento, pois seguindo essa mesma linha de análise e verificando a articulação de cláusulas a partir dos parâmetros autonomia/integração de um lado, e dependência/independência de outro, é que Hopper e Traugott (1993), e Lehmann (1998) defendem a existência desse contínuo de rebaixamento.

Para Hopper e Traugott (1993), o *continuum* entre as orações percorre um caminho que vai da parataxe (não-dependência e não-encaixamento) à subordinação (dependência e encaixamento). Entre esses dois pólos aparece a hipotaxe (dependência, mas não encaixamento), em que se encontram as subordinadas adverbiais. Os autores

têm como base o modo tripartite de articulação de oração: Parataxe > Hipotaxe > Subordinação. Essa tripartição pode ser entendida da seguinte maneira:



Os autores defendem a existência de um contínuo, mas inserem nele a *hipotaxe*, processo de combinação de cláusulas em que ocorre uma dependência, mas não encaixamento.

Lehmann (1988) faz um levantamento de aspectos importantes na formação de orações complexas das línguas. Seus estudos abordam parâmetros de articulação de orações que mostram o grau de correlação e agrupamento entre as possibilidades linguísticas dessa articulação de cláusulas.

Os parâmetros são baseados em conceitos tradicionais. Um sintagma é relacional se contiver uma base gramatical que predetermina uma relação gramatical para ser contraída (compactada). Por exemplo, uma frase adverbial é relacional porque ela é capaz de, por ela mesma, modificar algo, especialmente uma frase verbal; mas uma frase substantiva não é relacional, já que ela não é capaz, por ela mesma, de contrair (compactar) nenhuma relação gramatical.

Adotando uma perspectiva funcional, o autor postula que a articulação de orações é uma relação de dependência ou de associação, podendo a oração subordinada dar-se tanto com o conteúdo da principal como com algum constituinte desta.

Segundo Lehmann (1988), uma relação gramatical R conectando sintagmas X e Y é uma relação de dependência se X ocupar uma base gramatical de Y ou vice-versa. Em uma relação de dependência, Y depende de X se X determina a categoria gramatical da frase complexa e, portanto, de suas relações externas. Relações não dependentes entre sintagmas são relações de associação; entre elas, estão a coordenação e a aposição, entre outras. Por exemplo, a relação de um atributo e seu substantivo principal é uma relação de dependência, mas a relação de uma aposição e seu substantivo principal não é uma relação de dependência. Na aplicação do termo articulação de oração, Lehmann (1988) reconhece a existência de um “contínuo de rebaixamento”. Este contínuo representa a relação de autonomia entre as cláusulas (parataxe), em que relações

- 1- a degradação hierárquica da oração subordinada;
- 2- o nível sintático da oração principal e da oração subordinada;
- 3- a dessentencialização da oração subordinada;
- 4- a gramaticalização do verbo principal;
- 5- o entrelaçamento das duas orações;
- 6- a explicitação da articulação.

Em seguida, exemplificaremos algumas orações encontradas em nosso *corpus* em que aplicaremos os parâmetros apresentados por Lehmann (1998), como em:

(23) *O autor sugere igualar a oferta corrente com a demanda do período anterior, **dado que a demanda pode sofrer alterações**. (19Ac:Br:Lac:Thes)*

Em (23), observa-se que a oração subordinada “**dado que a demanda pode sofrer alterações**” contém uma conjunção subordinativa **dado que**, posposta à oração principal. De acordo com os parâmetros considerados por Lehmann (1988), este é o início da degradação hierárquica e da subordinação. Também relacionada à degradação hierárquica desta oração é a variação do nível sintático da oração principal a que a oração subordinada pertence: em (23), a oração subordinada não faz parte da oração principal, mas está no mesmo nível sintático, o nível da sentença. Nesta oração, a ordem da palavra é essencialmente determinada pela perspectiva funcional da sentença.

(24) *Ainda quiseram tentar o pneumotórax, **visto que** no início enxergaram sinal de pleurisia. (19:FIC:Br:Dantas:Cartilha)*

É possível compreender que, em (24), ocorre um entrelaçamento nas duas orações. O entrelaçamento se refere às entidades compartilhadas pelas duas orações: no caso, a ligação tem uma estrutura anafórica interna, seus sujeitos são correferenciais (eles) e representados por anáfora pronominal, os verbos expressos na 3ª pessoa do plural (quiseram e enxergaram) também remetem aos sujeitos anafóricos e têm proposições precedentes.

(25) *Quanto às formas de pagamento, os encargos destas operações são geralmente pagos antecipadamente, **dado que**, na grande maioria das vezes, as duplicatas têm o seu valor expresso em moeda corrente.*

Quanto aos parâmetros formais, no exemplo acima, observa-se uma explicitação da articulação da oração núcleo com a hipotática, por meio da perífrase conjuncional **dado que**, que se apresenta posposta à oração núcleo. Ocorre um entrelaçamento dessas duas orações por meio da correlação modo-temporal (presente do indicativo), tanto na hipotática quanto na oração nuclear, e a não identidade dos sujeitos das orações hipotática e nuclear. Estes resultados aplicam-se à maior parte das orações causais encontradas no *corpus* em análise, como demonstraremos a seguir.

(26) *Eu já sabia disso pelos Souvenirs do Fabre; mas o moço tinha prazer em me instruir, e eu não lhe quis aguar essa satisfação não de todo inocente, mas tolerável. Não lha tolerei por generosidade, mas porque não queria jogar com ele a cena dos dois pedantes que se travam de sabenças. Tenho pavor a essa espécie de gente, (aliás estimável, **posto que daninha**) a essa espécie de gente que vive a verter sabidelas decoradas por todas as juntas, como pipotes de melado em que não se pode pôr o dedo sem sentir o pegajoso das escorrências. (19:Fic:Br:Amaral:Memorial)*

(27) *Por momentos o papa se perdeu, não sabia se sonhava ou em verdade vivia aquela cena. Fato normalíssimo, já que alguns velhos ao recordarem suas vidas descrevem o ato de viver como um sonho banal, algo tão vago como uma planta mirrada. Entretanto outros anciãos afirmam que este comprido sonho não é tão vulgar assim, **visto que o fato de sonhar contém uma espécie de intrincada dramaturgia.** (19:Fic:Br:Comparato:Guerra)*

A aplicação dos parâmetros de Lehmann (1998) em nosso *corpus* revela que as orações adverbiais causais são menos integradas e mais independentes em relação à oração principal associada, confirmando o que Diessel (2001) constatou em seus estudos sobre orações adverbiais numa amostra de várias línguas: predominantemente, elas seguem a oração principal. Neste estudo, apresentam explicitude de articulação, pois todas as orações do *corpus* são introduzidas por perífrases conjuncionais de base participial. Essas perífrases podem ser antepostas ou pospostas à oração núcleo.

Dentre todos esses tipos de orações, as denominadas subordinadas adverbiais ou hipotáticas são classificadas de acordo com as circunstâncias que expressam – causa, tempo, modo, condição, etc –, dependendo do contexto discursivo em que a oração aparece. São objeto de pesquisa deste trabalho as orações hipotáticas adverbiais causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial **dado que**, **visto que** e **posto que**. Do ponto de vista funcionalista, e sob os postulados de Halliday (1985), essas orações adverbiais são consideradas como um tipo de expansão hipotática de realce. Podemos afirmar que diferentemente de alguns estudos mencionados de caráter tradicional que envolve o período composto e estabelecem uma separação rígida entre subordinação e coordenação, e tratam as orações subordinadas e as coordenadas apenas como elementos isolados e extraídos de um contexto, estão os estudos de Hopper e Traugott (1993), Halliday (1985), e Lehmann (1998), esses estudos discordam dessa conduta tradicional e apresentam contribuições a gramática funcional no que diz respeito ao processo de articulação de orações como foi visto neste capítulo. Para este estudo o embasamento teórico desses autores é de extrema relevância porque servirão de esteio para a maior parte de nossos argumentos.

Apresenta-se, a seguir, no próximo capítulo uma breve caracterização da construção causal a ser tratada e discutida neste trabalho.

2. CAUSALIDADE

Pode-se afirmar que uma construção causal não se limita apenas ao seu aspecto semântico ou sintático, mas estabelece fronteiras que vão além dessas relações; deste modo, uma construção causal pode ser analisada levando-se em consideração os aspectos pragmáticos que a envolvem. Neste capítulo, procura-se fazer uma breve caracterização da construção causal.

Nos estudos sobre a causalidade, observamos que a construção causal designa um tipo de relação em que duas partes se relacionam, de maneira que uma delas é dada como a causa e a outra como a consequência, com o objetivo de explicar fatos, ações, atitudes, opiniões e sentimentos. As noções mais comuns de causa são de condição, tempo e agentividade. Mas nem mesmo essas noções são capazes de abranger todas as relações classificadas como causais, devido à sua amplitude no discurso oral e escrito. É o que será demonstrado a seguir.

2.1 Caracterização da construção causal

Em sentido lato, a causalidade compreende, além da conexão causa-consequência entre dois eventos propriamente ditos – não se restringindo somente a esse tipo de indicação como “causa real”, explicação ou justificativa, conclusão –, as relações que se estabelecem no discurso oral e escrito.

Meyer (2000, p. 9; tradução nossa)⁵ afirma: “toda noção de causalidade está sujeita à restrição da relevância”. Na comunicação, as pessoas tendem a procurar uma, ou o máximo de possíveis causas, para justificar condições lógicas e admissíveis que possam estar vivenciando. O critério para selecionar este número é, obviamente, a relevância. A causalidade também é descrita como a ferramenta principal para a criação da relevância no discurso. Entretanto, ela é apenas um entre os vários princípios da organização textual.

Meyer (2000) menciona que o conceito de causalidade está relacionado à vida cotidiana, pois todos nós procuramos conhecer a relação causal, tentamos explicá-la ou comunicar o que é que, precisamente, temos visto. A causalidade é, simplesmente, um

5 The very notion of causality is subject to a relevance constraint.

princípio indispensável para a organização do cotidiano das pessoas, seja nos níveis individual, de pequenos grupos, de sociedades, estados ou de relações internacionais.

O autor ilustra o conceito de causalidade com o seguinte exemplo:

(28) When I clean the blades of my electric lawn-mower with my fingers, I rely on the law of causality, which tells me that once the plug is pulled from the socket, the engine cannot start and make the blades rotate again.

Quando eu limpo as lâminas do meu aparador de grama elétrico com os dedos eu conto com a lei da causalidade, que me diz que uma vez que a tomada esteja retirada do soquete, a máquina não pode funcionar e fazer com que as lâminas girem novamente.

O exemplo de Meyer (2000) refere-se à lei da causalidade, ou causa-efeito, e expressa as relações lógicas de causa: no caso, a máquina não estar ligada na tomada é uma condição suficiente para que as lâminas do aparador elétrico possam ser limpas com os dedos; sem energia para funcionar, a máquina não poderá causar danos à saúde de quem realiza a limpeza.

A seguir, nos exemplos (29), (30) e (31), ilustram-se situações cotidianas em que se procura justificar faltas com possíveis causas para cada uma das circunstâncias vivenciadas.

(29) Cheguei atrasada na reunião, dado que enfrentei um congestionamento de mais de 20 km.

Em (29), a oração causal “*dado que enfrentei um congestionamento de mais de 20 km*” é uma explicação para o atraso. Quando estamos atrasados para uma reunião, tentamos encontrar uma causa para esse atraso e incluí-la numa explicação que será presumivelmente esperada de nós; a explicação será mais aceitável à medida que for satisfatória para justificar o atraso.

(30) Vou acionar a seguradora visto que meu carro que estava estacionado em frente à escola foi roubado.

Neste caso, ocorre uma implicação material: a companhia de seguro poderá pagar ou não pelo roubo do carro. Quando se requisita dinheiro da seguradora, pressupõe-se a existência de uma causa para o prejuízo; dependendo desta causa, o pagamento será ou não liberado.

(31) Foi estabelecido um tribunal pela ONU para que apurassem o caso de militares americanos que estavam envolvidos com grupos nazistas.

Em (31) a legitimidade dos procedimentos estabelecidos pela ONU estão ligados além da causalidade, na crença de que certas pessoas são responsáveis e estão causalmente envolvidas em crimes contra a humanidade.

Estudos mostram que cientistas e filósofos não conseguiram, ainda, definir a noção de causalidade. Eles afirmam não ter encontrado uma caracterização única e lógica, mecânica, ou até mesmo física, dos estados e dos eventos que acontecem por serem intuitivamente separados como causas de alguma coisa, ou como causas de um certo evento. Uma análise lógica da noção de causa tem operado como condição necessária e suficiente. As duas intuitivas, mas plausíveis e influenciáveis.

De acordo com Mackie (*apud* MEYER, 2000, p.16), as causas são mais bem definidas como condições (INUS), ou seja, uma condição “INUS” é uma “insuficiente, mas necessária parte de uma condição, que por si mesma é desnecessária, mas suficiente para o resultado”. Observemos o exemplo:

(32) Fabíola desce uma escada de degraus escorregadios distraidamente e cai.

O estado escorregadio da escada e a distração de Fabíola são causas para a sua queda, mesmo sendo elas insuficientes. Degraus escorregadios ou distração, sozinhos, não causam a queda de ninguém de uma escada.

Condição necessária, se Fabíola tivesse sido mais cuidadosa, ou se os degraus não estivessem escorregadios, ela não teria caído; no entanto, as duas causas mencionadas são apenas parte do conjunto de condições causalmente envolvidas na queda de Fabíola. Assim, a tentativa de Fabíola descer as escadas é outra condição para a sua queda, e poderia também ser nomeada como uma causa na detalhação, porque ela é uma parte insuficiente, mas necessária, do conjunto de condições que levaram ao acidente.

Observamos que o conjunto de tais decisões tomadas como um todo é desnecessário para o resultado, porque o mesmo efeito poderia, também, ter sido conhecido por outras causas em um conjunto de condições totalmente diferentes. Fabíola poderia, por exemplo, ter caído da escada porque alguém, maliciosamente, a tivesse empurrado ou porque estivesse alcoolizada e os degraus, gastos o suficiente, neste caso em particular, para o resultado – porque o resultado foi causado.

De acordo com Meyer (*apud* HUME; DAVID LEWIS, 1973), X é a causa de um evento Y somente se a frase for contrafactual. Se X não tivesse sido verdade, Y não teria acontecido; em outras palavras: a causa é uma condição *sinequanom*.

Diante desta afirmação, entendemos que um evento X representa Fabíola, que desce a escada, e outro evento, Y, a queda de Fabíola. Neste caso, a distração e o estado escorregadio dos degraus, sozinhos, não teriam causado o acidente. O mesmo acidente poderia ter sido causado por razões totalmente diferentes; assim, fica claro que a definição (INUS) da causalidade é apenas uma variante mais formalizada e elaborada da formulação contrafactual daquela definição.

Segundo Neves (1999), classificar as relações semânticas que pertencem ao domínio da causa é sempre uma tarefa desafiadora nos estudos de línguas, porque uma construção causal deve ser investigada no complexo de domínios envolvidos na produção de seus enunciados.

A oração causal, segundo Bechara (1992), pode ser definida como uma oração em que “a subordinada exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento expresso na oração principal” (BECHARA, 1992, p. 128). É o que se ilustra abaixo:

(33) *Ana se veste sem luxo, porque o pai não é um homem rico.*

No exemplo, observa-se que a oração subordinada “*porque o pai não é um homem rico*” pode ser interpretada como o motivo da oração principal, “*Ana se veste sem luxo*”, que se justifica pela falta de dinheiro.

De modo semelhante, Rocha Lima (2001, p. 274) afirma que as orações causais são aquelas que indicam um fato determinante para a realização (ou não) daquilo que se declara na oração principal. De acordo com o autor, as orações causais costumam ser pospostas quando introduzidas pela conjunção **porque**, conforme o exemplo a seguir:

(34) *A planta morreu porque ninguém a regou.*

Em (34), o fator determinante para a morte da planta é o que está expresso na oração causal, “*ninguém a regou*”, conforme o pensamento de Rocha Lima.

Já segundo Paiva (1995, p. 62; VAN DIJK, 1984; MANN e THOMPSON, 1985), “causa é um evento que provoca uma mudança de estado, ou seja, outro evento”. Observe dois desses exemplos:

(35) *O rio transbordou porque choveu demais.*

(36) *A ponte caiu porque a prefeitura não fez a correta manutenção.*

De acordo com Van Dijk (1984), pode-se explicar os exemplos da seguinte maneira: em (35), o fato de haver chovido demais constitui-se num evento que acaba provocando outro evento; no caso, o rio encheu-se devido ao grande volume de água da chuva, acarretando o seu transbordamento.

Em (36), a oração causal “*porque a prefeitura não fez a devida manutenção do lugar*” pode ser entendida como a causa de outro evento, ou seja, como aquilo que ocasionou a queda da ponte.

Nos estudos linguísticos, a causalidade vem sendo definida como uma relação semântica de causa/consequência. Neves (2011) afirma que “a relação de causalidade está ligada à causa-consequência ou causa-efeito entre dois eventos. Essas relações se dão entre predicção (estado de coisas) ou entre proposições (fatos possíveis)” (NEVES, 2011, p. 804), como é possível observar no exemplo:

(37) *Tratava-me como criança. Uma vez me passou um pito **porque joguei fora o remédio**. Outra vez se zangou **porque me encontrou fora da cama**.* (NEVES, 2011, p. 804).

De acordo com Neves, a relação causal descrita acima expressa a relação de causa e efeito entre dois eventos, indicando subsequência temporal do efeito em relação à causa, em que “*me passou um pito*” é o efeito e “*porque joguei fora o remédio*” é a causa. O mesmo traço de subsequência temporal pode ser observado na segunda oração, em que o efeito se apresenta numa posição de anterioridade, “*se zangou*”, e a causa em uma posição de posterioridade, “*porque me encontrou fora da cama*”.

Neves (2011) diz que a relação de causalidade não necessariamente deve ocorrer entre dois eventos. Conforme a autora, “a relação causal raramente se refere a simples acontecimentos ou situações de um mundo”. Isso se deve à possibilidade de a relação causal articular-se, também, entre proposições ou entre atos de fala. É nesse sentido que Neves (2011, p. 804-805) afirma que é preciso considerar que as relações causais podem ser:

a) relações marcadas por um conhecimento, julgamento ou crença do falante, isto é, existentes no domínio epistêmico. Elas não se dão simplesmente entre predicções (estados de coisas), mas entre proposições (fatos possíveis). Observe:

*(38) Do leite devemos fazer uso abundante **porque**, além de ter efeito específico sobre o crescimento do organismo, é muito rico em cálcio. (AE)*

O exemplo acima trata de uma relação denominada “causa formal”, ou seja, ela se dá entre proposições ou fatos possíveis, passando pela avaliação do falante.

b) relações entre um ato de fala e a expressão da causa que motivou esse ato linguístico. Exemplo:

(39) Vou tirar umas férias, porque estou cansadíssima. (AMI)

Acima, em (39), ocorre um ato de fala declarativo, em que alguém declara que vai tirar férias; trata-se de uma relação mais frouxa, já que entre diferentes atos de fala nem sempre está a causa real ou efetiva. Nesta relação, ocorrem dois atos de fala que se separam por vírgula, ponto e vírgula ou ponto final, como podemos observar nos exemplos abaixo relacionados, que apresentam, respectivamente, um ato de fala interrogativo e um ato de fala deôntico ou imperativo.

*(40) Muito fácil, não é? **Porque** saiu todo mundo, você ficou lá? E se aproveitou da oportunidade.*

*(41) Fale, mas fale tudo, **porque** desta forma acabaremos com toda a nossa diferença.*

Observamos que nem sempre a oração causal é inserida por uma conjunção, mas sim por uma inferência epistêmica ou uma preposição. Desta forma, entendemos que a causalidade não se detém apenas no campo sintático, mas também no campo pragmático, conforme podemos analisar nos exemplos abaixo.

(42) *João morreu de sede.*

(43) *Não foi à escola, ventava muito.*

Em (42), a relação causal está expressa por meio da ideia inserida pela preposição “de”, em que a sede é a causa, e o efeito é a morte. Em (43), não há termo que explicita o valor semântico da oração “*Não foi à escola, ventava muito*”; mesmo assim, ainda é possível estabelecer a relação de causalidade entre os eventos “*ventava muito*” (causa) e “*Não foi à escola*” (efeito), devido à ordem em que os eventos são apresentados.

As formas mais comumente encontradas nas Gramáticas Tradicionais para representar as orações adverbiais causais são as orações iniciadas pela conjunção **porque**, em que a segunda oração, introduzida por **porque**, constrói uma relação de causa e consequência com a primeira oração, como mostra o exemplo a seguir:

(44) *Trabalho aqui **porque** quero.* (NEVES, 2011, p.801).

Em (44), a causa de “*Trabalho aqui*” é “*porque quero*”. **Porque**, nesta oração, é uma conjunção, expressando causa a oração subordinada adverbial. De acordo com Neves (2011), há outras conjunções que desempenham o mesmo papel semântico de **porque**: **pois, quando, porquanto, que, como**. Além dessas conjunções, há também as conjunções causais complexas, que possuem o elemento **que** no final: **já que, uma vez que, dado que, desde que, visto que, pois que, posto que, tanto mais que, por causa que, por isso que**, como mostra o exemplo abaixo:

(45) *Nem sabia se iria votar nele, **já que** a candidatura dele me pareceu sempre uma grande encenação.* (NEVES, 2011, p.802).

Outro entendimento da causalidade pode ser encontrado em Paiva (1991). Uma relação causal reproduziria diversos tipos de representação da realidade discursiva e pragmática.

De acordo com a autora, a noção de causalidade faz parte do senso comum e do vocabulário cotidiano. A causalidade esclarece relações entre fatos do mundo real, ligados a comportamentos e atitudes, ou, em sentido mais amplo e ultrapassando fronteiras, com outras relações semânticas, construídas discursiva e pragmaticamente. A autora diz que “imbricados na concepção mais comum de causa, estão as noções de condição, tempo e agentividade” (PAIVA, 1991, p. 63), como mostra o exemplo seguinte:

(46) *Muitos peixes morreram, **porque** foram jogados vários litros de óleo no rio.*

No exemplo (46), observamos que há uma relação de condição suficiente para ocorrer outro evento, pois jogar óleo no rio certamente acarreta a morte de muitos peixes. Paiva (1991) também menciona o princípio da temporalidade e prevê que os fatos se dispõem num eixo de anterioridade e posterioridade, e que a forte relação entre causa e tempo acontecerá quando a causa preceder o efeito, ou pelo menos não for posterior a ele. Neste caso, o efeito “*Muitos peixes morreram*” precede a causa “*porque foram jogados vários litros de óleo no rio*”.

Pode-se identificar, neste mesmo exemplo, a inter-relação entre causa, agentividade e intencionalidade. Nota-se, em primeiro lugar, a ação de um agente que, intencionalmente, modificou um estado (“alguém” jogou muitos litros de óleo no rio). Fica implicada aí, também, certa intencionalidade como parte da acepção semântica da função de agente.

Ao discutir os diferentes valores da causalidade, Paiva (1991) defende a ideia de que causa é uma condição para a ocorrência do efeito. Dentro dessa relação, a autora define a relação causal em termos de condição suficiente e de implicação material.

Na implicação material, ocorre que duas proposições que estão relacionadas mantêm a autenticidade uma da outra. Ou seja, se A é verdade, B também é. Desta forma, a implicação material depende unicamente do seu valor de verdade, independentemente da relação entre os fatos. No entanto, o nexos causal só se constrói entre os fatos relacionados. Observemos o exemplo de Paiva (apud DUCROT, 1981).

(47) *César atravessou o Rubicão. Virgílio escreveu a Eneida.*

Em (47), temos duas proposições verdadeiras, em que se pode falar de uma implicação material; entretanto, não se verifica uma conexão causal: não é porque César atravessou o Rubicão que Virgílio escreveu a Eneida. A “implicação material depende unicamente da verdade ou falsidade das proposições e independentemente da relação entre os fatos por elas expressos” (PAIVA, 1991, p. 64).

Neste exemplo, caracteriza-se a implicação material (*Virgílio escreveu a Eneida porque César atravessou o Rubicão*): temos duas sentenças verdadeiras que são independentes, duas proposições que estão relacionadas de tal forma que, se A é verdadeira, B também o é, ou vice versa – se A é falsa, B não pode ser verdadeira. Em ambas as situações, a implicação se mantém.

Nos estudos de Paiva (1991), destaca-se que um dos fortes pressupostos associados à relação causal é de que a causa é uma condição suficiente para a ocorrência do efeito. O pressuposto de condição suficiente possui status diferente na relação causal e na implicação material. De acordo com Paiva (apud VAN DIJK, 1994), “um evento A causa um evento B, se A é uma condição suficiente para a ocorrência de B, isto é, em ao menos um mundo possível, a ocorrência de A é incompatível com a não ocorrência de B”.

(48) *Joana faleceu e Antônio adoeceu*

Em (48), entende-se que a causa de um evento A é condição suficiente para a ocorrência de um evento B; portanto, a causa de Antônio adoecer foi o falecimento de Joana. Há ainda uma possibilidade de se afirmar que o fato de Antônio adoecer não é uma consequência do falecimento de Joana, e, sim, admitir a hipótese de uma terceira ocorrência, como Antônio passar mal e vir a adoecer.

Paiva (1991) define causa em termos de condição suficiente da seguinte forma: se tenho A, tenho B, e o pressuposto de A como condição suficiente para B conflita com a suposição de que os fatos decorrem de um conjunto de condições favoráveis.

(49) *Houve uma enchente na cidade do Rio de Janeiro porque choveu muito.*
(PAIVA, 1991, p. 64).

No exemplo, observamos que os fatos decorrem de um conjunto de condições favoráveis, em que um evento A foi a condição suficiente para a ocorrência de um evento B. A autora ainda considera a possibilidade de se afirmar que B não é uma consequência de um fato A, e sim de um fato C, e deixa muito claro, em seu exemplo, que causa é muito mais “condição favorável” do que “condição determinante” de uma alteração de estado.

O que se percebe é que não pode ser atribuída à chuva a principal causa de haver ocorrido uma enchente no Rio de Janeiro, porque pode ter chovido muito em outros lugares e não ter acontecido uma enchente. O que ocorre é a intenção do falante, de comunicar essa relação de causa, e a possibilidade de um fato A ser consequência de outro fato C, e não de B – como, por exemplo, a enchente ter ocorrido pelo fato de os escoadouros estarem entupidos e a água não ter por onde escoar.

A autora classifica as construções causais e afirma que “as relações causais não se limitam entre eventos, sendo possível estabelecerem elos de causalidade entre um evento, um estado ou um processo” (PAIVA, 1991, p. 66), como ilustra o exemplo seguinte:

(50) A- *Não estou bem,*

B- *Deve ser porque você não jantou ontem.*

C- *Não, eu já estava me sentindo assim antes.*

Em (50), observa-se uma negação da relação causal: essa relação se estabelece entre eventos, sendo a causa alegada posterior ao efeito. Esses eventos estão definidos em termos de transformação, através do eixo do tempo. Neste caso, há uma relação causal entre dois eventos ocorridos em tempo passado.

Examinam-se, neste trabalho, os diferentes modos de conceber a causalidade e o papel que ela desempenha no discurso oral e escrito. Para tanto, os estudos de Neves (1999, 2011), Paiva (1991) e Sweetser (1990) serão princípios norteadores desta pesquisa. A seguir, discutiremos a posição das orações causais no discurso.

2.2 A ordem nas construções causais

Uma das mais importantes contribuições do funcionalismo para o estudo das orações adverbiais é quanto ao papel que elas desempenham na organização do discurso. A participação do falante na organização de seu enunciado e a diferença pragmática entre a anteposição e a posposição de orações adverbiais em relação à oração núcleo conferem à posição das orações papel fundamental na ancoragem das informações organizadas discursivamente.

Segundo Dik (1997), alguns autores sugerem que a diferença entre uma oração principal e uma oração subordinada se caracteriza em termos de informação – a qual pode ser dividida em informação de primeiro plano (figura) e informação de segundo plano (fundo) ou, ainda, em informação asseverada *versus* informação pressuposta, o que nos mostra que uma construção pode se correlacionar com uma diferença na função pragmática.

Autores como Matthiessen e Thompson (1988) analisam as orações adverbiais quanto à sua posição. Eles mostram que a “posição inicial tende a ter uma função discursiva orientadora para o leitor, de uma parte principal da mensagem, enquanto a posição final é menos comum para elementos com função de organizadores do discurso” Matthiessen e Thompson (1988, p.306-307). Para Decat (2001), determinar a posição (posposição ou anteposição) da cláusula adverbial está ligado ao tipo de proposição relacional (inferência), e, muitas vezes, a ordem das cláusulas relaciona-se com a ordem dos eventos, o que mostra o princípio da iconicidade. Para Givón (1990), é importante destacar que os efeitos da posição da oração do tipo adverbial, anteposta ou posposta à oração nuclear, se inserem no domínio pragmático-discursivo.

Para Neves (2011, p. 808), “a distribuição da informação é bastante ligada à ordem das palavras, e no caso das construções causais, levados em conta todos os tipos de conectivo, essa questão é complexa”. O raciocínio evidencia a relação entre a posição sintática e a organização tópica da oração causal, pois acredita-se que as causais realçam o seu núcleo por trazerem uma informação nova ao seu conteúdo.

A conjunção **porque** é a mais utilizada nas construções causais e, na maioria das vezes, a oração subordinada causal introduzida por **porque** aparece após a oração principal, fato este que confere à oração causal um valor informacional relacionado a uma informação **nova**. Segundo os estudos de Neves (2011), a maior parte das conjunções ou locuções conjuntivas causais inicia orações causais pospostas.

2.3 Os domínios discursivos das orações causais

Sweetser (1990) postula que as orações causais introduzidas por **porque** sejam interpretadas de acordo com o seu funcionamento segundo três tipos de domínios discursivos: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio dos atos de fala. O autor observa que uma relação causal não depende somente de uma interpretação linguística, mas de uma escolha pragmática que considere: (i) **entidades de conteúdo**, ou seja, que essa relação causal seja um instrumento portador de conteúdos, indicando a realização de dois eventos que podem ser realizados entre predicções (estado de coisas); (ii) **entidades lógicas**: relações marcadas por um conhecimento do falante, que podem acontecer entre predicções (estado de coisas) ou entre proposições (fatos possíveis); ou (iii) como um **instrumento de um ato de fala** e a expressão causal que motivou esse ato conversacional. Conforme se observou nos dados, as orações causais introduzidas por conjunções de base participial podem ocorrer nos três diferentes domínios. É o que demonstraremos a seguir.

Os três primeiros exemplos ilustram as relações causais que ocorrem no domínio do conteúdo.

(51) *O impacto do preço do álcool hidratado é praticamente desprezível, sugerindo que a decisão de produção de um outro tipo de álcool estava fora da alçada do setor de produção. O coeficiente estimado para o preço da cana foi de -- 0, 0367. Esse resultado indica que aumentos nos preços da cana tendem a reduzir a oferta de álcool anidro, dado que os custos para produzi-lo teriam aumentado. Tal efeito, no entanto, é muito pequeno, sugerindo, mais uma vez, um papel reduzido para os preços de mercado no setor. (19Ac:Br:Lac:Thes)*

(52) *Julgavam os chefes e capatazes políticos que apurar os votos dos seus concidadãos era anarquizar a instituição e provocar um trabalho infernal na apuração porquanto cada qual votaria em um nome, visto que, em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos. (19:Fic:Br:Barreto:Bruz)*

(53) *É fato que, no Brasil, tal realidade vai se dar muito tardiamente e, ainda assim, o que temos hoje na pesquisa terminológica ainda é muito incipiente. A Terminologia cumpre um importante papel no mundo moderno, repleto de inovações*

*científico-tecnológicas, **posto que** esses avanços científicos e tecnológicos precisam ter nomes, e nomes apropriados. Dessa forma, o uso de repertórios terminológicos sistematizados ou harmonizados. (19Ac:Br:Lac:Misc)*

Nos exemplos (51), (52) e (53), a oração causal introduzida respectivamente pelas perífrases conjuncionais **dado que**, **visto que** e **posto que** pertencem ao domínio do conteúdo, porque designam um **estado de coisas** perceptível no mundo real. Observa-se que a causalidade se dá no plano do evento, como em (51): o fato de os custos na produção da cana terem aumentado constituem a causa que reduz a oferta do álcool anidro. Em (52), o conteúdo expresso na oração causal “*em geral, os eleitores têm a tendência de votar em conhecidos ou amigos*” constitui a causa efetiva do conteúdo expresso na oração núcleo, em que “*os chefes políticos julgavam ser um trabalho infernal apurar os votos dos seus concidadãos*”. Neves (2000) considera que é nesse tipo de construção que surge a questão da efetividade da causa: a relação acontece entre estados de coisas, no nível da predicação, e não necessariamente envolve tempo – podendo ocorrer em estados de coisas não dinâmicos, como é o caso dos exemplos acima.

No domínio epistêmico, a relação causal, também denominada causa formal, é marcada por um conhecimento do falante, como ilustram as ocorrências abaixo:

(54) *A acangoca, em tudo se assemelha ao vimeiro, por-quanto seus galhos, finos e compridos, chegam, em determinados espécimes, a encostar a ponta no solo. Contudo, não se iluda o incauto viandante com a plácida aparência do arbusto, **visto que** tal árvore é das mais mortíferas de quantas haja. Ao oferecer sombra ao peregrino, espera que a vítima caia em pleno sono, pera, em seguida, decepar-lhe a cabeça com os galhos mais cortantes que um cutelo. (19:Fic:Br:Gomes:Rios)*

(55) *A empresa fabrica cerca de novecentas e sessenta peças por hora (970 p/h), em períodos de setenta e duas horas contínuas (72 h.). Portanto, percebe-se que é importante evitar e controlar as falhas que ocorrem no processo de fabricação, **visto que**, esses problemas representam perdas econômicas para a empresa e conseqüentemente atrasos na entrega do produto final aos clientes. Outro fator considerado ao selecionar este componente plástico é a disponibilidade das máquinas*

injetoras na linha de produção, isto é, procurou-se realizar os experimentos industriais sem afetar o planejamento de produção. (19Ac:Br:Lac:Thes)

As orações causais introduzidas pela perífrase conjuncional **visto que** marcam a causa de um julgamento ou conclusão do falante; acontecem, então, entre proposições (fatos possíveis) existentes no domínio epistêmico. No caso de (54), o falante emite uma opinião de que “*tal árvore é das mais mortíferas de quantas haja*”; é o que lhe permite chegar à conclusão de que não se deve iludir com a plácida aparência do arbusto. Em (55), baseado em seu conhecimento, o falante julga que as falhas no processo de fabricação de uma empresa “*representam perdas econômicas para a empresa e conseqüentemente atrasos na entrega do produto final aos clientes*”.

A seguir, ilustraremos construções causais que figuram no domínio dos atos de fala:

*(56) A escolha não é difícil. Tenho apenas dois livros publicados; prefiro o segundo, Prosa, porque me parece um pouco mais bem escrito. Mas dos trabalhos nele contidos não prefiro nenhum porque todos estão muito longe daquilo que eu quisera escrever. Tomei do lápis, fui anotando essas palavras, **posto que tivesse a opinião de que o primeiro livro desse admirável temperamento de escritor era, pela sua espontaneidade, muito melhor que o segundo** (19:Fic:Br:Rio:Momento)*

*(57) O que me deu uma sensação de novidade foi este desfecho, contado com simplicidade e tristeza: “Depois do sétimo incêndio, fiquei sem ter que vestir. A mulher tinha morrido, o filho estava fora. Um vizinho, condoído, deu-me umas roupas e dinheiro para um par de botinas, **visto que eu nunca me acostumara a andar descalço e as que trazia estavam em mísero estado. Fui ao meu velho sapateiro, único homem que sabia ajeitar o couro nos meus pés doloridos.** (19:Fic:Br:Lopes:Donas)*

Em (56), a junção das orações indica uma explicação causal para a enunciação do ato de fala declarativo que está contido na oração núcleo. O falante declara “*Tomei do lápis, fui anotando essas palavras*” porque julgava o primeiro livro melhor que o segundo. Vê-se que não há, de fato, uma relação de implicação causal entre a oração subordinada e a principal, ou seja, não se trata de um evento que acarreta o outro, mas

de uma causa para a declaração de uma enunciação. De acordo com Neves (2000), trata-se, neste caso, de uma relação mais frouxa do que uma relação verdadeiramente causal, como motivo, razão, justificativa, próximo de uma explicação. A mesma explicação também se aplica ao exemplo (57).

Observa-se que esses domínios se relacionam com o conceito de proximidade e afastamento conceitual. Assim, as orações que figuram no nível do conteúdo se aproximam conceitualmente, pois o assunto da oração-núcleo tem grande relação com o conteúdo da oração causal e as que figuram no nível dos atos de fala se afastam, ou seja, o conteúdo da oração causal geralmente está relacionado à opinião do falante, já o nível epistêmico ficaria em um estágio intermediário entre afastamento e proximidade.

2.4 Forma e função das orações adverbiais causais

Segundo estudos de Diessel (2007) e Hetterle (2007), observa-se que as causais tendem a ser mais independentes da oração principal associada do que outros tipos semânticos de orações adverbiais, tais como as condicionais e as temporais. De acordo com estes autores, as orações causais seguem a oração principal e incluem as mesmas formas de verbo não reduzidas como sentenças independentes, e são frequentemente separadas da oração semanticamente relacionada. Os autores afirmam “que as propriedades estruturais e particulares das orações causais são motivadas pela sua função comunicativa nas interações que acontecem entre falante e ouvinte” (DIESEL, 2007; HETTERLE, 2007, tradução nossa).⁶

Diessel (2007) e Hetterle (2007) realizam uma investigação sobre o funcionamento de várias línguas, extraíndo dados de uma grande variedade de línguas e, sistematicamente, analisam a forma e a função das orações causais a partir de um ponto de vista tipológico. Segundo os autores, as orações adverbiais constituem construções relacionadas que variam em graus de integração numa sentença complexa. Algumas sentenças de orações adverbiais são superficialmente ligadas a uma oração mais próxima, lembrando uma oração coordenada, ao passo que outras orações adverbiais são firmemente integradas à oração principal (DIESEL 2001, 2004, cap. 3).

O grau de integração formal é determinado por várias características: as propriedades morfossintáticas do verbo e seus argumentos nas orações adverbiais

⁶ That the particular structural properties of causal clauses are motivated by their communicative function in speaker-hearer interactions

(CRISTOFARO, 2003) o posicionamento da oração adverbial em relação à oração principal (DIESSEL, 2001, 2005), e o *link*, a ligação entonacional que existe entre a oração principal e a oração adverbial (CHAFE, 1984; FORD 1993).

Estes autores afirmam que as causais tendem a ser separadas, independentes e menos firmemente integradas à oração principal associada do que outros tipos semânticos de orações adverbiais. Tipicamente, incluem as mesmas formas de verbo e argumentos como orações principais ordinárias, são geralmente colocadas após a oração à qual se associam semanticamente e são mais comumente expressas por uma unidade de entonação.

Os autores argumentam que as propriedades estruturais e particulares das orações causais são motivadas pela sua função comunicativa nas interações estabelecidas entre falante e ouvinte, e estão frequentemente em um padrão do discurso particular que envolve três ações verbais:

1- afirmação que o ouvinte não aceita ou não entende;

2- a resposta do ouvinte a essa afirmação, indicando um desacordo ou uma falta de entendimento;

3- a oração causal que fornece uma razão para uma afirmação problemática;

De acordo com Diessel (2007) e Hetterle, (2007), as orações causais estão embutidas neste padrão de discurso e são sentenças estruturalmente independentes, que não possuem propriedades usuais das orações subordinadas – que elas podem exibir em outros contextos, como nos gêneros escritos. No entanto, em sentenças causais e de discurso conversacional, as orações causais são comumente usadas como estruturas independentes também das orações semanticamente associadas.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

Neste momento é apresentada a metodologia de trabalho utilizada na composição e realização deste estudo. Assim sendo, o trabalho descreve o *corpus* utilizado bem como os procedimentos e parâmetros adotados para a sua análise.

Constitui o foco deste trabalho as construções causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial, **dado que**, **visto que**, **posto que**. O universo de pesquisa deste estudo foi o *Corpus* do português www.corpusdoportugues.org, um banco de dados composto por 45 milhões de palavras de quase 57 mil textos em português, que contemplam as variedades do português brasileiro e europeu, em registro oral e escrito, num período que abrange os séculos XIV ao XX. Os textos utilizados nesta análise são todos do século XX e encontram-se divididos em quatro tipos de literatura: Notícia, Oratória, Fictícia e Acadêmica. O *corpus* constitui-se de 168 ocorrências de orações causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais acima relacionadas, em que se constata um número maior de ocorrências com a perífrase conjuncional **visto que**, em relação às orações causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais **dado que e posto que**. Deve-se ressaltar que, em análise posterior dos textos, verificou-se que, se predominam os textos da literatura acadêmica, nas ocorrências com **visto que e posto que** e textos do gênero notícia com maior frequência na perífrase conjuncional **dado que**. Acredita-se que pelo número de ocorrência com **visto que e posto que** no gênero acadêmico o falante utiliza-se dessas perífrases conjuncionais de base participial para expressar em seus textos certo grau de formalidade.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar uma descrição morfossintática dessas orações causais. Pretende-se em um primeiro momento, selecionar os grupos de fatores que serão usados na análise das construções causais tais como:

1- quantidade de causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais:

- ✓ dado que
- ✓ visto que
- ✓ posto que

2- posição da oração causal

- ✓ anteposta
- ✓ posposta

3- tempos e modos verbais na oração causal

1. presente do indicativo
2. pretérito perfeito do indicativo
3. pretérito mais que perfeito do indicativo
4. pretérito imperfeito do indicativo
5. pretérito imperfeito subjuntivo
6. futuro do presente
7. futuro do pretérito
8. infinitivo impessoal
9. imperativo afirmativo
10. imperativo negativo
11. particípio
12. gerúndio

4- Tempos e modos verbais na oração núcleo

- 1- presente do indicativo
- 2- pretérito perfeito do indicativo
- 3- pretérito mais que perfeito do indicativo
- 4- pretérito imperfeito do indicativo
- 5- pretérito imperfeito subjuntivo
- 6- futuro do presente
- 7- futuro do pretérito
- 8- infinitivo impessoal
- 9- imperativo afirmativo
- 10- imperativo negativo
- 11- particípio
- 12- gerúndio

5- correlação modo temporal das causais com:

- ✓ dado que
- ✓ visto que
- ✓ posto que

6- correferencialidade dos sujeitos das causais:

- ✓ sujeitos correferenciais
- ✓ sujeitos não-correferenciais

7- domínios segundo Sweetser

- ✓ domínio do conteúdo
- ✓ domínio dos atos de fala
- ✓ domínio epistêmico

Neste trabalho são cruzados os seguintes grupos de fatores:

- ✓ posição da oração causal em relação à posição da oração núcleo.
- ✓ tempo e modo verbal da oração causal x tempo e modo verbal da oração núcleo.
- ✓ sujeito da oração causal x sujeito da oração núcleo

Pretende-se, portanto, a partir das correlações efetuadas entre os grupos de fatores levantados, chegar-se a uma caracterização dessas construções causais, uma vez que essas correlações oferecem resultados percentuais, análise quantitativa e análise qualitativa dos dados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

São apresentados a seguir, os resultados das análises feitas no *cópus* deste trabalho, tomando como base as questões teóricas levantadas.

Primeiramente, retomaremos aos grupos de fatores que foram apresentados na metodologia de trabalho que serão tratados aqui como parâmetros de análise; a seguir, serão definidos esses parâmetros de análise e, por último, serão apresentados os resultados obtidos na aplicação desses parâmetros.

4.1.1 Parâmetros de análise

Para a classificação e análise dos dados, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- distribuição das construções causais por conjunção;
- domínios segundo de Sweetser;
- ordenação das construções causais;
- correlação modo-temporal;
- correferencialidade dos sujeitos;
- grau de vinculação de orações.

Esses parâmetros nos permitem observar a padronização morfossintática das orações causais sob análise. A seguir, são apresentados os resultados das análises feitas no *corpus* deste trabalho, tomando como base as questões teóricas levantadas.

4.2 Distribuição das construções causais por conjunções

No *corpus* utilizado neste trabalho, foram encontradas 168 ocorrências de orações causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial **dado que**, **visto que** e **posto que** nos textos do português do Brasil, nos gêneros acadêmico, fictício, oral e notícia. Os resultados podem ser visualizados no quadro a seguir:

Tabela2. Distribuição das construções causais por conjunção

Dado que	Visto que	Posto que	Total
32	102	34	168
19,05%	60,72%	20,23%	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise do *corpus* revela que a construção causal introduzida pela perífrase conjuncional **visto que** apresenta o maior número de ocorrências, predominantemente no gênero acadêmico. Em seguida, estão as construções causais introduzidas por **posto que**, que também ocorrem, com predominância, no gênero acadêmico. Por fim, há uma quantidade menor de ocorrências de construções causais introduzidas por **dado que**, que, diferentemente das primeiras, ocorreu com maior frequência no gênero notícia.

Apresentam-se a seguir, nos termos de Sweetser (1990), a quantidade de construções causais encontradas segundo os domínios em que essas construções causais podem ser consideradas.

4.3 Domínios segundo Sweetser (1990)

Verificou-se no *corpus* examinado que, preferencialmente, as combinações causais pertencem ao domínio do conteúdo, conforme tabela abaixo:

Tabela3. Distribuição das construções causais por domínio

Domínio	Dado que	Visto que	Posto que
Conteúdo	29 90,62%	96 94,2%	29 85,3%
Epistêmico	1 3,13%	4 3,8%	1 2,94%
Ato de fala	2 6,25%	2 2%	4 11,76%
TOTAL	32	102	34
GERAL	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme a tabela, as causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais somam, juntas, um percentual de 90% das combinações analisadas no domínio do conteúdo. Isso revela que as orações adverbiais causais têm uma maior proximidade com suas orações-núcleo e expressam causa real. As adverbiais causais no domínio dos atos de fala, juntas, representam 6,7%, e as adverbiais que estão no domínio epistêmico representam 3,3%.

4.4 Ordenação nas construções causais

Nesta seção, analisamos os enunciados causais e sua contribuição para a organização discursiva, já que, segundo estudos de Decat (2001) e Neves (2011), a ordenação das orações subordinadas está ligada à distribuição da informação. Neste trabalho, considera-se que as construções causais podem assumir duas posições em relação à oração principal: a anteposição e a posposição.

No que diz respeito especificamente à ordenação de cláusulas causais, Diessel (2001) demonstra que esse tipo oracional ocorre, tipicamente, no final da estrutura da oração complexa, ou seja, após a oração principal a ela associada; seleciona, desse modo, a posposição como sua ordem preferida.

Confirmando essa preferência, a análise dos dados revela que a posição mais recorrente da oração causal introduzida por conjunções de base participial em relação à oração núcleo é a posposição, independentemente do tipo de perífrase usado para formar a conjunção que introduz a causa. É o que pode ser observado na tabela 3:

Tabela 4. Posição das causais

Perífrase conjuncional	Posição da oração causal		
	Anteposta	Posposta	Subtotal 100%
Dado que	5 15,63%	27 84,37	32
Visto que	2 1,97%	100 98,03%	102

Posto que	5 14,71%	29 85,29%	34
Total Geral	12 32,31%	156 67,69%	168 100%

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir da verificação dos dados, constata-se que a anteposição representa 32,31% de ocorrências – ao passo que 67,69% das causais ocorreram em posposição, confirmando os estudos que a elegem como ordem canônica ou padrão da oração causal.

A ordem das orações adverbiais causais deve ser compreendida com relação ao estatuto informacional, ou seja, o modo como os elementos linguísticos são apresentados e estão relacionados na organização discursiva. As autoras concluem que, quando uma oração subordinada adverbial é posta após a oração nuclear, faz-se avançar o discurso, codificando uma informação nova.

Dik (1997) aponta que alguns autores têm sugerido que as diferenças entre orações principais e orações subordinadas podem ser caracterizadas em termos de informação de primeiro plano (figura) e informação de segundo plano (fundo). No entanto, estudos sobre a relação entre o posicionamento das adverbiais e suas funções na organização discursiva sugerem que essa correspondência não se sustenta.

Neves (2001a), por exemplo, diz que, quando um satélite é acrescentado posteriormente, é ele que apresenta uma “informação saliente”, relevante; caso contrário, seu acréscimo não seria importante. É o que Paiva (1999) verifica nas orações introduzidas por **porque**: a autora observou que isso se dá pelo fato de o segmento causal estar diretamente associado à função que ele possui na organização discursiva – a de introduzir uma informação nova.

No que diz respeito às orações em análise, há dois casos em que se verifica a posposição. Primeiramente, as orações causais ocorrem pospostas porque veiculam a informação nova e mais relevante. É o que se demonstra no exemplo abaixo:

(58) *Caneca, me fez a proposta de adquirir o terreno e o prédio de minha propriedade à Rua Correia Dutra. Pretende demolir a casa e aproveitar o espaço para erguer dois blocos de apartamentos de quinze andares. Aceitei o preço oferecido, **visto que** pagam em duas vezes e me oferecem de graça o último andar do bloco da frente. Portanto, não me crie empecilhos. (19:Fic:Br:Vieira:Mais)*

Em (58), a oração causal “*visto que pagam em duas vezes e me oferecem de graça o último andar do bloco da frente*” veicula uma informação nova e mais saliente no discurso. Nesse caso, a oração causal vem posposta à oração núcleo, seguindo o fluxo normal da distribuição da informação. Fica claro que o posicionamento da oração causal é motivado não por questões estruturais, mas sim por seu papel no desenvolvimento da organização discursiva e sua função na relação que se estabelece entre ouvinte e falante.

(59) *Do ponto de vista da representação da estrutura da sentença, o curupira optou por uma representação mais funcional do que formal, aproximando-se da notação proposta pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB - Portaria MEC 36, de 28/01/59), apesar de suas muitas inconsistências. Essa notação se revelou pertinente, em primeiro lugar, por motivos históricos, **dado que o parser é produto do isolamento de um analisador sintático que servia de base a uma ferramenta de correção gramatical e revisão de estilo para a língua portuguesa.** (19Ac:Br:Lac:Misc)*

(60) *Mas, se da coisa nada vier a existir, alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido. Art. 460. Se for aleatório o contrato, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante a todo o preço, **posto que a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato.** Art. 461. (19Ac:Br:Lac:Misc)*

Nesses casos, a oração causal serve para introduzir uma informação nova, explicando, complementando o conteúdo da oração núcleo. Paiva (1991 p. 74) afirma que “cláusulas com informação nova serão mais propensas à posposição”. De acordo com a autora, a ordem das cláusulas é determinada por princípios que regem a organização tópica do discurso e a distribuição da informação no texto. No caso em questão, essa organização nos leva a entender que o falante organiza o discurso de forma a continuar falando sobre o mesmo tópico, apresentando uma informação nova sobre ele. Nos exemplos (59) e (60), as orações apresentam a informação nova por meio da oração causal.

No segundo contexto de ocorrência da posposição, essa ordem é favorecida pela ruptura tópica; ou seja, o falante interrompe um tópico e ocorre uma quebra do assunto. É o que se vê abaixo:

(61) *O empresário também não esconde o lado sentimental que acompanhou a opção pelo investimento na Bahia. "A nossa presença na Bahia não significa apenas uma atitude empresarial; ela também tem um aspecto sentimental, posto que a família Paes Mendonça passa novamente a participar, ativamente, do mercado varejista do estado". (19N:Br:Bahia)*

No exemplo (61), o falante inicia seu discurso dizendo que foi o lado sentimental que acompanhou a sua opção de investimento na Bahia e, em seguida, interrompe o tópico e introduz um novo assunto, uma informação nova, por meio da oração causal “*posto que a família Paes Mendonça passa novamente a participar, ativamente, do mercado varejista do estado*”.

As orações causais antepostas, por sua vez, veiculam informações de segundo plano (fundo) e servem como estrutura para que a figura enunciada em seguida se enquadre, como se vê nas ocorrências a seguir:

(62) *O poliestireno é um polímero comum. A unidade repetitiva tem a mesma composição (C₈H₈) como o monômero de baixa massa molar, o estireno, de onde o poliestireno é sintetizado. O número de unidades repetitivas é indicado pelo índice n. No caso de graus comerciais do poliestireno, o valor médio de n pode ser 1000 ou mais. Dado que a massa molar da unidade repetitiva do poliestireno é 104, o valor de 1000 para n representa uma média de massa molar de 104000. Moléculas com menos de 10 unidades repetitivas são denominadas oligômeros e demonstram propriedades térmicas e mecânicas muito diferentes quando comparadas com os polímeros de alta massa molar. (19:Ac:Br:Lac:Thes)*

(63) *visto que a inventariante legal não tinha condições de delegar poderes a alguém, ele mesmo, em pessoa, ia se votar de corpo e alma ao sacrifício. Como era para o bem da família, para honrar o sangue do irmão, a casa não desmoronar e manter os pagamentos em dia - que havia de se fazer? Assumia por uns dias - vá lá algumas semanas toda a responsabilidade. (19:Fic:Br:Dantas:Cartilha)*

(64) *Em consequência da sua resolução, para voltar à Chapada, só esperaria vender a tropa arreada. Nisto o ajudou a elevação dos fretes, porque, antes de chegar à casa, vendeu-a a um fazendeiro do Rio do Antônio. **Posto que estivesse enfarado da vida de tropeiro, trabalhosa, e, afinal, pouco rendosa, em virtude dos riscos e dispêndios, teve pesar e saudade dessa vida, ao ver saírem os animais para as mangas do novo dono.** (19:Fic:Br:Rocha:Dusa)*

Nos exemplos (62), (63) e (64), a oração causal anteposta traz uma informação compartilhada entre falante e ouvinte. Em (62), o falante da oração causal “**a massa molar da unidade repetitiva do poliestireno é 104**” traz a informação como fato conhecido do ouvinte, e a moldura como informação velha. Essa oração, assim, passa a figurar como o plano de fundo sobre o qual o falante diz algo, que vem apresentado na oração subsequente: a informação nova é “**o valor de 1000 para n representa uma média de massa molar de 104000**”.

Em (63) a oração causal de fundo realça a oração núcleo com uma informação nova, a de que “**ele mesmo, em pessoa, ia se votar de corpo e alma ao sacrifício**”. No enunciado em (64), a oração causal anteposta estrutura-se de tal forma que a oração principal se enquadra nela. Neste caso, a informação contida na oração principal esclarece a causa do conteúdo codificado na oração anteposta, que funciona como plano de fundo para a informação subsequente.

4.5 Correlação modo-temporal das orações causais

Nesta seção, são analisados os tempos e modos verbais usados na oração causal e na oração núcleo, a fim de verificar as correlações modo-temporais que figuram na estrutura das orações causais iniciadas pelas conjuncionais de base participial. Acredita-se que os diferentes tipos de construção causal se relacionam com as diferentes atitudes do falante, em termos de graus de certeza e/ou incerteza expressos em seu discurso.

Observa-se, em nossa análise, que o tempo e modo mais recorrentes, independentemente do tipo de conjunção utilizado para introduzir a oração causal, é o **presente do indicativo**, tanto para a oração núcleo quanto para a oração causal. Esse fato se aproxima da análise de Neves, que afirma: “orações causais têm, em geral, o verbo no modo indicativo. O indicativo é o modo votado para expressar causa, já que a expressão da causa constitui uma proposição com certo grau de certeza” (NEVES, 2011,

p. 818). Acredita-se que o falante recorre ao tempo presente e ao modo indicativo porque orações de causalidade, no geral, expressam uma causa preenchida e, portanto, exprimem maior grau de certeza.

De modo geral, encontramos uma grande variedade de combinações modo-temporais nas construções causais, que exemplificamos a seguir. Para a ilustração, utilizaremos (N) para oração núcleo e (C) para oração causal.

Correlação modo-temporal mais frequente nas construções causais introduzidas pela perífrase conjuncional **dado que**:

C: Presente do indicativo – N: Presente do indicativo:

(65) *A localização da produção e dos centros de comercialização é fator importante nesta atividade agrícola. Conforme Kras (1999), 90% da produção e do consumo de flores e plantas ornamentais se dá em um raio de 500 km entre eles, dado que os custos de transporte e de distribuição de produtos altamente perecíveis limitam as distâncias para comercialização. De um modo geral, a comercialização e distribuição de flores e plantas ornamentais se dá através de centrais de comercialização. (19Ac:Br:Lac:Thes)*

C: Futuro do presente + infinitivo impessoal – N: Futuro do presente + particípio passado:

(66) *O aumento do preço ao varejo **irá diminuir** a demanda, fazendo com que a oferta ao varejo se reduza para o próximo período, dado que seus estoques terão aumentado devido à redução da demanda. (19: Ac: Br: Lac: Thes)*

C: Pretérito imperfeito do subjuntivo – N: pretérito imperfeito do subjuntivo:

(67) *Escolhido este caminho não se cogitou de o transformar em linha de operações, pela escolha de dois ou três pontos defensáveis, garantidos de guarnições que, mesmo diminutas, pudessem estear a resistência, dado que houvesse um insucesso, um recuo ou uma retirada. (19: Fic:Br: Cunha: Sertoes)*

C: Presente do indicativo + particípio passado – N: pretérito perfeito do indicativo:

(68) *Sequer **participaram** efetivamente na formação do capital social da cooperativa, dado que o valor das cotas-partes subscritas é descontado em parcelas mensais e sucessivas quando efetivados os créditos dos retornos auferidos (19: Ac:Br: Lac: Misc)*

C: Pretérito imperfeito do indicativo – N: presente do indicativo:

(69) *Por a associação comercial de o rio de janeiro, não **merece** essa qualificação, dado que o seu regulamento não permitia perguntas diretas de um candidato para outro. (19:Ac:Br:Enc)*

Os dados mostram que os falantes tendem a manter o mesmo modo na oração nuclear e na oração causal, preservando o mesmo tempo e modo em quase 50% das ocorrências, no que diz respeito à correlação entre tempo e modo nas construções causais introduzidas pela perífrase conjuncional **dado que**. No quadro a seguir, pode-se visualizar a frequência das correlações modo-temporal encontradas no *corpus*.

Tabela 5. Correlação Modo Temporal nas orações dado que

Oração causal	Oração núcleo	Total
Presente do indicativo	Presente do indicativo	13 40,62%
Presente do indicativo	Gerúndio	1 3,12%
Presente do indicativo	Particípio	2 6,25%
Presente do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	1 3,12%

Pretérito perfeito do indicativo	Infinitivo impessoal	1 3,12%
Pretérito perfeito do indicativo	Presente do indicativo	1 3,12%
Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	1 3,12%
Pretérito + que perfeito do indicativo	Pretérito + que perfeito do indicativo	1 3,12%
Pretérito imperfeito do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo	2 6,25%
Pretérito imperfeito do indicativo	Presente do indicativo	1 3,12%
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Infinitivo impessoal	1 3,12%
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Pretérito imperfeito do indicativo	1 3,12%
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Presente do indicativo	1 3,12%
Futuro do presente	Futuro do presente	2 6,25%
Futuro do presente	Pretérito perfeito	1 3,12%
Futuro do pretérito	Presente do indicativo	1 3,12%
Total Geral		32 100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, como ocorre com orações introduzidas por **dado que**, nas causais iniciadas por **visto que** a correlação mais frequente também é a composta pelo presente do indicativo, o que se deve às razões já mencionadas:

C: Presente do indicativo - N: Presente do indicativo:

(70) *Guardam a sua fecundidade para uma outra raça de grandes ideais, que ainda há de vir. Tão formosas promessas não se fazem ao vento.. - Outra raça.. outra raça.. vinda de onde! nascida de quem! - Da nossa, talvez; e das outras. As gerações que definham nos países velhos aperfeiçoam-se e revigoram-se os novos. O futuro do mundo é nosso, e será a coroação das nossas bondades e virtudes, visto que o povo brasileiro é bom. (19: Fic:Br:Lopes:Falência)*

C: Presente do indicativo – N: pretérito perfeito do indicativo:

(71) *Deixou-me em estado de muita paz de espírito, visto que as ybiracunhãs igualam-se, se não excedem, o comum das mulheres, co' a vantagem de crescerem à larga nas florestas, alimentando-se tão só da seiva do solo. (19:Fic:Br:Gomes:Rios)*

C: Pretérito imperfeito do indicativo – N: pretérito imperfeito do indicativo:

(72) *Ninguém sabe. Apenas se dizia, aos sussurros, anos depois, que Barrosinho, mesmo já tendo ganho maioria, não **podia** ainda retirar do tio a curadoria, visto que continuava incapaz, recebendo tratamento. (19:Fic:Br:Dantas:Cartilha)*

C: Pretérito imperfeito do indicativo – N: pretérito perfeito do indicativo + gerúndio:

(73) *O Felipe foi **guiando-o** para as ruas mais ordeiras, visto que só estavam armados de punhais, que nas outras imperavam o trabuco e o terçado. Na então chamada Rua Direita do Comércio, ouviram cantar tirana. (19:Fic:Br:Rocha:Dusa)*

Na tabela seguinte pode-se visualizar a frequência da correlação modo temporal mais realizada na construção causal inserida por **visto que**.

Tabela 6. Correlação Modo Temporal orações visto que

Oração causal	Oração núcleo	Total
Presente do indicativo	Presente do indicativo	26 25,5%
Presente do indicativo	Imperativo negativo	1 0,98%
Presente do indicativo	Pretérito mais que perfeito	1 0,98%
Presente do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	11 10,78%
Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo	1 0,98%
Presente do indicativo	Futuro do pretérito	2 1,96%
Presente do indicativo	Infinitivo impessoal	1 0,98%
Presente do indicativo	Imperativo afirmativo	1 0,98%
Pretérito Perfeito	Pretérito imperfeito	2 1,96%
Infinitivo impessoal	Infinitivo impessoal	1 0,98%
Futuro do pretérito	Infinitivo impessoal	1 0,98%
Pretérito imperfeito	Pretérito imperfeito	7 6,90%
Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do subjuntivo	1 0,98%
Gerúndio	Presente do indicativo	1 0,98%
Futuro do pretérito	Pretérito imperfeito do indicativo	1 0,98%
Pretérito mais que perfeito	Pretérito perfeito do indicativo	2 1,96%
Pretérito perfeito	Presente do indicativo	2 1,96%
Futuro do pretérito	Presente do indicativo	1 0,98%
Imperativo afirmativo	Pretérito mais que perfeito	1 0,98%
Pretérito imperfeito	Pretérito perfeito	7 6,90%
Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito perfeito do indicativo	3 2,94%

Futuro do pretérito	Pretérito perfeito	2 1,96%
Total Geral		106 100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Dessa variedade de combinações, observa-se, na tabela, que o presente do indicativo na oração causal e o pretérito perfeito do indicativo na oração núcleo são os mais recorrentes. Em seguida, vem o pretérito imperfeito do indicativo, tanto para a oração causal como para a oração núcleo; e por fim, a combinação de pretérito imperfeito do indicativo para a oração causal e pretérito perfeito do indicativo para a oração núcleo. Abaixo, estão listados algumas dessas correlações modo-temporais nas orações introduzidas pela conjunção **visto que**:

C: Presente do indicativo + Infinitivo impessoal – N: Pretérito perfeito do indicativo:

(74) *Ou **agiu** por abnegação, **visto que** num cais se **pode ser** muito mais útil do que em alto-mar?* (19:Fic:Br:Vieira:Mais)

C: Pretérito imperfeito do indicativo – N: Pretérito imperfeito do indicativo + particípio passado:

(75) ***Ficava possuída** da nefanda sensação de não lhe ter agradado, de haver se prestado a um papel aparvalhado, **visto que** ele **era** **imperscrutável**, pouco se manifestava.* (19:Fic:Br:Dantas:Cartilha)

C: Pretérito imperfeito do indicativo – N: Pretérito perfeito do indicativo + gerúndio:

(76) *O Felipe **foi guiando-o** para as ruas mais ordeiras, **visto que** só estavam armados de punhais.* (19:Fic:Br:Rocha:Dusa)

A correlação modo-temporal nas construções causais introduzidas pela perífrase conjuncional **visto que**, como mostra a tabela, seleciona o modo indicativo

como preferencial, confirmando a tendência da oração causal em exprimir um maior grau de certeza.

Por fim, as orações causais introduzidas por **posto que** seguem a tendência verificada nas orações introduzidas pelas outras perífrases, selecionando o presente do indicativo como o modo e o tempo favoritos.

C: Presente do indicativo - N: Presente do indicativo + infinitivo impessoal:

(77) *Tenho pavor a essa espécie de gente, (aliás estimável, **posto que** daninha) a essa espécie de gente que vive a verter sabidelas decoradas por todas as juntas.*
(19:Fic:Br:Amaral:Memorial)

C: Pretérito imperfeito do subjuntivo – N: Pretérito Imperfeito do indicativo + particípio passado:

(78) *Posto que apenas tivesse horas, já ela lhe **havia descoberto** todos os encantos e se lho arrebatassem dos braços, confundindo-o com mil crianças.*
(19:Fic:Br:Neto:Natal)

C: Pretérito imperfeito do subjuntivo – N: Pretérito Perfeito do indicativo + gerúndio:

(79) *fui anotando os nomes, **posto que** tivesse a certeza de que o escritor para a sua formação tivesse antes sido Garrett, Júlio Diniz e Castelo Branco.*
(19:Fic:Br:Rio:Momento)

O resultado da correlação modo-temporal para as construções causais inseridas pela perífrase conjuncional **posto que** pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 7. Correlação-Modo Temporal da conjunção posto que:

Oração causal	Oração núcleo	Total
Presente do indicativo	Presente do indicativo	6 17,64%
Presente do indicativo	Pretérito imperfeito	1 2,95%
Presente do indicativo	Pretérito Perfeito	1 2,95%
Presente do indicativo	Imperativo afirmativo	1 2,95%
Pretérito perfeito	Imperativo afirmativo	1 2,95%
Pretérito perfeito	Pretérito mais que perfeito	1 2,95%
Pretérito mais que perfeito	Pretérito perfeito	1 2,95%
Pretérito mais que perfeito	Pretérito imperfeito	1 2,95%
Pretérito mais que perfeito	Presente do indicativo	1 2,95%
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Pretérito perfeito do indicativo	5 14,70%
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Pretérito imperfeito do indicativo	5 14,70%
Pretérito imperfeito do indicativo	Presente do indicativo	2 5,90%
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Futuro do presente	1 2,95%
Particípio	Pretérito imperfeito do indicativo	1 2,95%
Imperativo negativo	Presente do indicativo	1 2,95%

Gerúndio	Pretérito perfeito do indicativo	1 2,95%
Participio	Presente do indicativo	1 2,95%
Futuro do pretérito	Infinitivo impessoal	1 2,95%
Total Geral		34 100%

Fonte: elaborado pelo autor.

4.6 Correferencialidade do sujeito

Entende-se por correferência a relação entre elementos linguísticos que se referem a uma mesma entidade, com o objetivo de evidenciar a relação entre essas entidades. Sintagmas correferenciais servem para explicar a explicitude ou omissão do sujeito em uma oração, como também as formas como ele pode ser expresso – sintagma nominal pleno, anáfora pronominal e anáfora zero. A anáfora, por implicar o compartilhamento do constituinte que é retomado sob a forma pronominal ou zero, tem sido arrolada entre os índices de integração das orações.

Constata-se na análise dos dados que a grande maioria das orações causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial **dado que**, **visto que** e **posto que** não compartilham o sujeito com as orações principais. Ou seja, os dados analisados revelaram a predominância da não correferencialidade entre os sujeitos.

Das 168 ocorrências de orações causais analisadas, verificou-se que 115 delas não apresentaram correferencialidade entre seus sujeitos. É o que se pode ver nos exemplos abaixo:

(80) o encaixamento das sentenças não possibilita resolver o caso da ambiguidade existente entre o uso concreto e o uso abstrato da palavra macaco, dado que temos uma única forma com dois significados diferentes (instrumento mecânico e animal). (19Ac:Br:Lac:Thes)

(81) *Se pelo menos o trem cobrisse o trecho todo, ou se tivesse uma sege, ou outra carruagem também fechada, mesmo sendo antiga, de cortinas e estores abaixados, pra não precisar pelerine contra a chuva ou sombrinha contra o sol - ainda vá lá. Ou se não esses automóveis estrangeiros que acabam de chegar, movidos a gasolina, que nem o Ford de Arnaud Coelho, ou o outro de Manuel Costa Silva. Mas mesmo se Romeu já tivesse um maquinismo assim novinho em folha, decerto que não ia adiantar, visto que daqui a Palmeira não se tem estrada real o tempo todo, suficiente para esse bicho rodar. (19:Fic:Br:Dantas:Cartilha)*

(82) *Orgulhoso, aos netos e circunstantes exibia o relógio de algibeira, única herança que se reservara, posto que o pai não firmara testamento, (19:Fic:Br:Guerra:Vila)*

Como se pode observar, em (80), os sujeitos das orações causal e núcleo não se referem a uma mesma entidade. Na oração causal, o sujeito expresso é “**encaixamento das sentenças**”, diferentemente do sujeito da oração causal, “**única forma**”. O mesmo ocorre nos outros dois exemplos, (81) e (82), sendo que o sujeito da oração principal de (82) é um sujeito oculto.

Verifica-se, neste trabalho um número pequeno de ocorrências em que há correferencialidade dos sujeitos das orações núcleo e causal. Esses sujeitos são retomados por meio da anáfora pronominal ou zero, como nos exemplos abaixo:

(83) *Os problemas da obra na sua vida plurilingue se distribuem fragmentariamente nos próximos capítulos, dado que eles contribuem para formar o mosaico constitutivo de nossa leitura da obra a partir do problema da construção da Metalinguística. (19Ac:Br:lac:Thes)*

(84) *Creio mesmo se não fora aquela empreitada, teria ensandecido, visto que passei a viver abandonado de Fernão, que gastava seu tempo a dançar e folgar entre os selvagens. (19:Fic:Br:Gomes:Rios)*

(85) *Posto que religioso e a Deus consagrado fosse, conhecia um pouco das artes militares; (19:Fic:Br:Gomes:Rios)*

Em (83), observa-se que há identidade entre os sujeitos da oração causal e da oração núcleo. Temos aí o sujeito “*Os problemas da obra*” da oração causal, retomado pelo sujeito pronominal “*eles*” na oração causal.

Por outro lado, nos exemplos (84) e (85), a retomada dos sujeitos ocorre na forma elíptica, ou seja, ele está implícito na oração e pode ser identificado pela desinência verbal. Em (84), tanto na oração causal quanto na oração núcleo o sujeito (eu) é recuperável. Semelhantemente, em (85), é possível identificar a correferencialidade dos sujeitos pela desinência verbal: na oração principal, o verbo “conhecer” vem flexionado na 3ª pessoa do singular, referindo-se ao sujeito oculto (ele), retomado na oração causal introduzida por **posto que**.

A seguir, a tabela ilustra os resultados referentes à correferencialidade e à não correferencialidade entre os sujeitos das construções causais inseridas pelas perífrases conjuncionais de base participial.

Tabela 8. Correlação entre os sujeitos da oração causal e da oração núcleo

Perífrase conjuncional de base participial	Sujeitos correferenciais	total	Sujeitos não correferenciais	total
Dado que 32	5	15,62	27	84,38
Visto que 102	36	35,3	66	64,7
Posto que 34	12	35,3	22	64,7

Fonte: elaborado pelo autor.

Pelo exame do quadro, pode-se perceber que, nas orações introduzidas pelas perífrases em análise, os sujeitos não apresentam correferencialidade, fato este que aponta para uma menor integração sintática entre as duas orações. A seguir, discutiremos com base nos dados levantados e nos parâmetros considerados por Lehmann o grau de integração das orações adverbiais.

4.7 Grau de vinculação das orações subordinadas:

Consideram-se neste estudo, os modos de articulação sob o prisma dos seguintes parâmetros formais: explicitude/omissão de sujeitos, correferencialidade de sujeitos, tempo e modo verbal, mostrando que essas sentenças ora se aproximam, ora se distanciam completamente, a depender dos parâmetros formais. Desta forma acredita-se demonstrar o grau de vinculação dessas orações subordinadas adverbiais causais.

Como foi visto anteriormente no capítulo primeiro a aplicação dos parâmetros de Lehmann (1998) em algumas orações do nosso *corpus*, essa aplicação revela que as orações adverbiais causais são menos integradas e mais independentes em relação à oração principal associada. Neste estudo, apresentam explicitude de articulação, pois as (168) orações do *corpus* são introduzidas por perífrases conjuncionais de base participial.

Quanto ao parâmetro correlação modo-temporal difere-se dos outros, por apresentar um maior grau de vinculação. Constata-se que há predominância das mesmas formas de verbos no presente do indicativo que se retem na oração núcleo e na oração causal, exatamente (45) ocorrências de causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais de base participial, o que é confirmado pelo estudo de Paiva (1991) sobre a conjunção **porque**.

No que diz respeito à correferencialidade dos sujeitos, foram encontrados (53) ocorrências de orações com sujeitos correferencias, pois a maioria não apresenta a mesma identidade, encontramos (115) casos de sujeitos não correferenciais. Diante disso, argumentamos que as propriedades estruturais e particulares das orações causais são menos integradas e motivadas pela sua função comunicativa nas interações que acontecem entre falante e ouvinte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi estabelecer uma descrição morfossintática das construções causais inseridas pelas perífrases conjuncionais de base participial **dado que, visto que e posto que** nos textos do português contemporâneo do Brasil. Para tanto, a fundamentação teórica utilizada baseia-se na teoria da Gramática Funcional, nos termos de Dik (1989), Mathiessen e Thompson (1988), Halliday (1985), Lehmann (1998) e Sweetzer (1990).

Considerou-se, nesta análise, o nível discursivo em que as orações causais são realizadas, e os fatores estruturais, morfossintáticos, responsáveis pela configuração da construção causal.

As construções causais foram analisadas em relação à ordem preferida, aos tempos e modos verbais, à correlação modo-temporal, à correferencialidade de seus sujeitos, ao grau de integração e aos domínios semânticos em que as perífrases conjuncionais podem ser usadas, nos termos de Sweetser (1990). Em relação aos domínios discursivos, constatou-se que as orações causais apresentam maior número de ocorrências no domínio do conteúdo.

Quanto à ordenação das orações causais, averiguou-se que este tipo de oração, na língua portuguesa, apresenta uma mobilidade posicional em relação às sentenças com que se articula, e pode vir anteposta ou posposta à oração núcleo. No caso desta pesquisa, a relação de causalidade foi explicitada pelos conectores acima relacionados. Constatou-se que a ordenação dessas orações causais se justifica por dois motivos diferentes: o primeiro, de ordem formal, é quanto à variação da ordem (anteposta ou posposta à oração núcleo) em relação à cláusula com a qual se relaciona; o segundo motivo, de ordem semântica, é quanto à forma com que se estabelece essa relação, que pode ser de causa-efeito, efeito-causa, argumento-conclusão, causa eficiente ou relações mais frouxas que expressam um motivo, uma razão, uma justificativa, próximo de uma explicação.

A ordem preferida das construções causais no *corpus* em análise é a posposição da oração causal em relação à oração núcleo. Os dados confirmam pesquisas que trazem o mesmo resultado para as construções adverbiais causais em outras línguas, como os estudos de Diessel (2001), que observou a ordem das orações adverbiais a partir de

dados de uma amostra de 40 línguas; ele averiguou que as orações causais ocorrem, tipicamente, no final de uma sentença, ou seja, após a oração principal associada.

Quanto ao parâmetro correlação modo-temporal, verificou-se que a correlação mais frequente contemplada nas construções causais inseridas pelas três diferentes perífrases conjuncionais é a mesma, ou seja, o tempo presente do modo indicativo.

Constatou-se que a seleção do tempo e do modo verbais está relacionada às propriedades morfológicas das estruturas causais. Os resultados levantados sobre o tempo e modo verbal das construções causais em análise são confirmados pelo que já se sabe sobre a causalidade inserida por outras conjunções, como a conjunção prototípica **porque**. Essa seleção, nas construções causais, parece depender das relações semânticas nelas estabelecidas, como a noção lógico-semântica de causa, que parece estar vinculada a eventos que, no mundo real, ocorrem principalmente no presente. A afirmação de Neves (2000) afirma este fato: quanto ao modo, afirma a autora que “o indicativo é o modo votado para expressar causa, já que a expressão de causa constitui uma proposição com um certo grau de certeza”. No que se refere à seleção do tempo verbal presente do indicativo na cláusula causal, as estruturas sintáticas investigadas partilham a seleção desse mesmo tempo verbal com a sentença núcleo na maioria das ocorrências.

Em relação ao parâmetro correferencialidade do sujeito nas orações causais, verificou-se que as construções causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais não compartilham o mesmo sujeito com as orações principais, predominando a não correferencialidade entre os seus sujeitos.

Quanto ao grau de integração das orações causais, as análises revelam que as orações adverbiais causais são menos integradas e mais independentes em relação à oração principal associada, e, predominantemente, seguem a oração principal. A partir do exposto, os resultados desta pesquisa mostram a seguinte descrição para o comportamento das orações causais inseridas pelas perífrases conjuncionais de base participial **dado que**, **visto que** e **posto que**:

*I- Preferencialmente, as orações causais explicitadas pelos conectores **dado que**, **visto que** e **posto que** aparecem pospostas à oração núcleo, fato este relacionado à relação lógica-semântica de que o efeito precede a causa. Segundo Neves (2011), isso confirma a não iconicidade das construções causais em que primeiro se anuncia o efeito na oração principal, e depois a causa na oração causal.*

II- *O tempo e o modo verbais escolhidos, na maioria das ocorrências, é o presente do indicativo. Acredita-se que o falante recorre com maior frequência a esse tempo e modo verbal para expressar, em sua fala, um grau de absoluta certeza.*

III- *A maioria de seus sujeitos não são correferenciais, fato este que expressa menor integração sintática entre as duas orações.*

IV- *Constatou-se, por meio dos parâmetros de Sweetser (1990) que as orações causais podem ser estabelecidas de acordo com o seu funcionamento nos domínios do conteúdo, epistêmico e ato de fala. Predominantemente neste trabalho as causais introduzidas pelas perífrases conjuncionais **dado que, visto que, posto que**, ocorrem no domínio do conteúdo, expressando uma causa real; o que revela uma maior proximidade da oração causal com a oração núcleo.*

Por meio das descobertas aqui discutidas, resultantes da análise demonstrada, procuramos descrever o comportamento das orações adverbiais causais e situar essas construções dentro do modelo teórico que ancora esta pesquisa, de modo a apresentar contribuições que ampliam esse modelo. Nosso intuito não foi o de esgotar a pesquisa sobre o assunto, mas apenas iniciar a descrição morfossintática. Acredita-se que há muito a ser investigado nas relações causais inseridas por essas perífrases conjuncionais de base participial, como novos estudos que incluíssem parâmetros da transitividade verbal e da subordinação. Espera-se que os resultados aqui demonstrados possam ser testados com outras perífrases.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, H. A. **Gramática ilustrada**. [S.l.: s.n.], 1970. p. 322-324

BECHARA, E. **Lições de português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Padrão, 1992. p.128.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucena, 2007. p. 319.

BUTLER, C. S. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003a. p.2

_____. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Part 2: From clause to discourse and beyond. Amsterdam: John Benjamins, 2003b.

CARO, E. M. **Funciones pragmáticas, orden de constituyentes y acentuación em inglés y español: estudio de córpus**. 1995. 420f. Tese (Doutorado em filologia Inglesa)-Facultad de Filologia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1995.

CASTILHO, A.T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DECAT, M. B. N. **Leite com manga, morre!:** da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo.

_____. **Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”**. *Scripta* (Linguística e Filologia), v.2, n.4, Belo Horizonte, p.23-38, 1999.

_____. **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001.

DIESSEL, H. **The ordering distribution of main and adverbial clauses: a typological study.** [S.l.: s.n], 2004. Cap. 3.

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar.** Part. 1. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1989.

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar.** Part. 2. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FURTADO DA CUNHA, A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org) **Manual de lingüística.** 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction.** v. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.

HALLIDAY, M.A.K. Introduction. In: HALLIDAY, M.A.K. **An Introduction to Functional Grammar.** Londres: Edward Arnold, 1985.

HENGEVELD, K. Layers and operators in functional grammar. **Journal of Linguistics,** v. 25, p. 127-157, 1989.

HOPPER, P.; THOMPSON S. Transitivity in grammar and discourse. **Language,** Washington, v.56, n.2, p.252-299, 1980.

MATHIESSEN, C., THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. A (Eds). **Clause Combining in Grammar and Discourse.** Amsterdam: John Benjamins, p. 275-329, 1988.

MEYER, Paul Georg. The relevance of causality. In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd. **Topics in english linguistics: cause - condition - concession - contrast : cognitive and discourse perspectives**. New York: Journal Of Pragmatics, 2000.

NEVES, M. H. M. **Uma visão geral da gramática funcional**. Alfa, São Paulo, n. 38, p. 108-127, 1994.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997c. p. 15-25.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997c. p. 49-50.

_____. (org). **Gramática do português falado: novos estudos**. v.7. Campinas: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p.462-591.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Gramática de usos do Português**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.802-811.

PAIVA, M. C. **Aspectos semânticos e discursivos da relação de causalidade**. [S.l.: s.n.], 1991

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PEZATTI, E. G. Funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à lingüística: fundamentos Epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 165-218.

ROCHA LIMA, C.H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001

SWEETSER. E. Conditionals. In: _____. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990, p. 113-144.